

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS:
UM OLHAR SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS NO MUNICÍPIO
DE BOM JESUS DO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA

2024

ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS:
UM OLHAR SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS NO MUNICÍPIO
DE BOM JESUS DO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia – Emescam como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. César Albenes Mendonça da Cruz

Área de Concentração: Políticas Públicas, Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

VITÓRIA

2024

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

- C268p Cardoso, Adriana Kelly da Silva
A prática profissional do Assistente Social no SUAS : um olhar sobre os principais desafios no município de Bom Jesus do Norte no estado do Espírito Santo / Adriana Kelly da Silva Cardoso - 2024.
91 f.: il.
- Orientador: Prof. Dr. César Albenes Mendonça da Cruz.
- Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2024.
1. Políticas públicas. 2. Assistência social – Bom Jesus do Norte (ES). 3. Assistente Social - desafios. 4. Serviço Social - profissão. 5. Sistema Único de Assistência Social - SUAS. I. Cruz, César Albenes Mendonça da. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD 361.981

Bibliotecária responsável pela estrutura de acordo com o AACR2:
Elisangela Terra Barbosa – CRB6/608

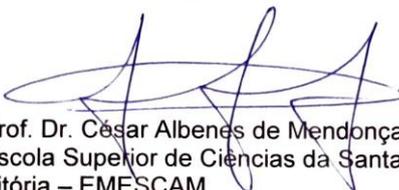
ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: UM
OLHAR SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE BOM
JESUS DO NORTE, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 29 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória – EMESCAM
Orientador

Fernando R.

Prof. Dr. Fernando Rocha Oliveira
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória – EMESCAM
Membro Titular Interno



Prof. Dr. Renato Almeida de Andrade
UFES
Membro Titular Externo

Dedico a Deus e aos meus Santos de devoção Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida, pela minha vida e por tantas benções a mim concedidas, sendo esse trabalho um sonho realizado.

Aos meus familiares, em especial meu esposo Eduardo, e filhos Wadrian, José Elias, José Eduardo e Pedro Henrique, que no decorrer desta trajetória me incentivaram e foram meu alicerce para não desistir. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, por tantas graças a mim concedidas. Sem Ele, nada somos.

Aos Santos de minha devoção (Nossa Senhora Aparecida, São José, Santo Antônio e Santa Terezinha do Menino Jesus), gratidão pela intercessão e por atenderem aos meus pedidos em orações.

À minha amada família, esposo Eduardo e meus filhos Wadrian, José Eduardo, José Elias e Pedro Henrique, sempre presentes e que me apoiaram desde o início, que foram meus maiores torcedores a chegar até aqui e que compreenderam a minha ausência e meu estresse enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. César Albenes de Mendonça Cruz, meu orientador, pela paciência, dedicação e apoio nessa jornada acadêmica e que contribuiu para meu crescimento de formação profissional.

Aos professores Dr. Fernando Rocha Oliveira e Dr. Alan Patrício da Silva, pela amizade e disponibilidade em momentos de dúvidas e que foram suporte em todo meu processo de ensino/aprendizagem. Levarei pra vida a simplicidade e humildade de vocês.

Às professoras Dra. Janice Gusmão Ferreira de Andrade e Dra. Renata Silva Souza, que participaram na banca da minha qualificação e aos professores Dr. Renato Almeida de Andrade e Dr. Fernando Rocha Oliveira, por participarem da minha defesa, colaborando com suas observações e orientações para o enriquecimento e desenvolvimento deste trabalho.

À Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra, coordenadora do programa, meu apoio e minha conselheira, sempre me ouviu, me atendeu, não importasse a hora, que entendeu meus momentos de angústias e desânimos e sempre acreditou no meu potencial.

Aos colegas de turma, muito obrigado pela parceria.

À Senhora Polyana da Silva Coelho, que autorizou a pesquisa, e às assistentes sociais do SUAS de Bom Jesus do Norte, pela disponibilidade em responder às entrevistas, sem as quais este trabalho não seria possível.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Enquanto Deus for meu chão, não há quem me derrube!

Autor desconhecido

Não possuímos direito maior e mais inalienável do que o direito ao sonho. O único que nenhum ditador pode reduzir ou exterminar.

Jorge Amado

RESUMO

Introdução: O assistente social desempenha um papel fundamental na implementação das políticas públicas voltadas para a promoção do bem-estar social, no entanto, enfrenta diversos desafios que impactam o seu exercício efetivo e a conquista de resultados positivos para os indivíduos e comunidades atendidas.

Objetivo: Analisar os principais desafios percebidos pelos assistentes sociais no município de Bom Jesus do Norte, no estado do Espírito Santo para a efetivação das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Método: Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de natureza qualitativa, onde foram entrevistadas quatro assistentes sociais que atuam na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos do município de Bom Jesus do Norte, localizado na Região Sul do estado do Espírito Santo. A análise dos dados foi realizada por meio de análise temática.

Resultados: De acordo com as respostas obtidas, foi possível observar que os principais desafios enfrentados pelas profissionais se referem à falta de infraestrutura, trabalho precarizado, com alto percentual de contratos temporários, baixos salários, alta demanda de atendimentos, falta de formação adequada dos novos profissionais e cortes nos gastos públicos, que afetam diretamente a execução das políticas.

Considerações finais: Em conclusão, os desafios enfrentados pelos assistentes sociais no SUAS são amplos e refletem as propostas apresentadas nas políticas públicas brasileiras. A superação desses desafios passa por um fortalecimento da assistência social enquanto política de Estado, a valorização dos profissionais que atuam na área e o compromisso com a promoção dos direitos humanos e sociais. É necessário que os assistentes sociais mantenham uma postura crítica, ética e comprometida com a justiça social para que possam, dentro das limitações existentes, continuar lutando pela garantia de direitos e pela promoção da equidade social no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas, SUAS, Desafios Profissionais, Serviço Social.

ABSTRACT

Introduction: Social workers play a fundamental role in the implementation of public policies aimed at promoting social well-being. However, they face several challenges that impact their effective performance and the achievement of positive results for the individuals and communities served. **Objective:** Analyze the main challenges perceived by social workers in the municipality of Bom Jesus do Norte, in the state of Espírito Santo for the implementation of public policies of the Unified Social Assistance System (SUAS). **Method:** This is an exploratory and descriptive study, of a qualitative nature, in which four social workers who work at the Municipal Secretariat for Social Development, Housing and Human Rights of the municipality of Bom Jesus do Norte, located in the southern region of the state of Espírito Santo, were interviewed. Data analysis was performed through thematic analysis. **Results:** according to the responses obtained, it was possible to observe that the main challenges faced by professionals refer to the lack of infrastructure, precarious work, with a high percentage of temporary contracts, low salaries, high demand for services, lack of adequate training for new professionals and cuts in public spending, which directly affect the implementation of policies. **Final considerations:** In conclusion, the challenges faced by social workers in the SUAS are broad and reflect the proposals presented in Brazilian public policies. Overcoming these challenges requires strengthening social assistance as a state policy, valuing professionals who work in the area, and committing to promoting human and social rights. Social workers must maintain a critical, ethical stance that is committed to social justice so that they can, within the existing limitations, continue to fight for the guarantee of rights and the promotion of social equity in Brazil.

Keywords: Public Policies, SUAS, Professional Challenges, Social Work.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|--------------------------------------------------------|
| CAPS | Caixas de Aposentadoria e Pensões |
| CEP | Comitê de Ética e Pesquisa |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CLT | Consolidação das Leis de Trabalho |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| CRAS | Centro de Referência da Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especial de Assistência Social |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Contribuição |
| FIAS | Internacional de Assistentes Sociais |
| IAPS | Institutos de Aposentadorias e Pensões |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IJSN | Instituto Jones dos Santos Neves |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| LOPS | Lei Orgânica da Previdência Social |
| NOB | Norma Operacional Básica |
| PAIF | Programa de Apoio Integral à Família |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PIS | Programa de Integração Social |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PSE | Proteção Social Especial |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA..... | 15 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 IMPACTOS DO CAPITALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS | 18 |
| 2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988..... | 23 |
| 2.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988 | 27 |
| 2.4 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS | 31 |
| 2.5 PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL..... | 34 |
| 2.6 COMPETÊNCIAS TEÓRICO-PRÁTICAS DO SERVIÇO SOCIAL..... | 41 |
| 2.6.1 Dimensões que norteiam o Serviço Social | 46 |
| 2.7 INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS..... | 48 |
| 2.8 DESAFIOS À PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL..... | 51 |
| 3 OBJETIVOS | 57 |
| 3.1 OBJETIVO GERAL | 57 |
| 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 57 |
| 4 MÉTODOS | 58 |
| 4.1 TIPO DE ESTUDO | 58 |
| 4.2 CENÁRIO DO ESTUDO..... | 58 |
| 4.3 AMOSTRA..... | 59 |
| 4.3.1 Critérios de Inclusão | 59 |
| 4.3.2 Critérios de Exclusão | 59 |
| 4.4 COLETA DE DADOS..... | 60 |
| 4.5 ANÁLISE DOS DADOS..... | 60 |
| 4.6 ASPECTOS ÉTICOS..... | 60 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 62 |
| 5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS | 62 |
| 5.2 RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 63 |
| 5.3 INTERVENÇÕES E DEMANDAS DA PROFISSÃO..... | 64 |
| 5.4 FATORES INTERVENIENTES NA PRÁTICA PROFISSIONAL..... | 66 |
| 5.5 DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 70 |
| 5.6 PROPOSTAS E IMPACTOS NA VIDA DA POPULAÇÃO | 72 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 76 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| REFERÊNCIAS | 79 |
| APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS ... | 88 |
| APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 89 |
| ANEXO A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO | 92 |
| ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA | 93 |

1 INTRODUÇÃO

Cotidianamente os profissionais do Serviço Social têm de enfrentar e resolver situações cada vez mais complexas e seu papel profissional está sujeito às situações sociais e pessoais dos indivíduos que atendem, da instituição, dos modelos teóricos, da metodologia de resolução dos problemas sociais, da situação atual em que se encontram os serviços e dos recursos cada vez mais escassos.

Desde seu surgimento até os dias atuais, o Serviço Social vem sofrendo contínuas transformações. Conforme esclarece Falcão e Netto (1987, p. 51), sua especificidade está no fato de “atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade”.

A configuração atual da profissão apresenta a dimensão da proteção e da promoção social. Enquanto proteção social, encontram-se as políticas sociais setoriais e de defesa de direitos. A promoção social foca-se no desenvolvimento do indivíduo e sociedade na perspectiva de construção de práticas emancipatórias e democráticas. Ambas as dimensões da atuação profissional ampliam a compreensão de que o usuário do Serviço Social não é apenas a população de baixa renda, pois outros níveis sociais também são excluídos dos direitos sociais e encontram restrições de acesso e informações que limitam a sua qualidade de vida (Yazbek, 2016).

Na atual conjuntura, o Serviço Social tem, enquanto princípio ético, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, estando seu projeto ético-político na divergência da atual ordem vigente (Iamamoto, 2021).

Por meio de seu conjunto de normas, o Código de Ética estabelece direitos e deveres aos profissionais do Serviço Social, representando, para a sociedade, um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população, assim como uma forma de legitimação social da categoria profissional. O código representa um instrumento que indica e determina parâmetros para o exercício profissional, através de normas e sanções, substanciando a identidade profissional

frente à sociedade; considerado, também, um marco valorativo e político para a categoria (Aguiar, 2012).

Os princípios que norteiam a profissão de assistente social são fundamentais para orientar a prática profissional e garantir que a sua atuação esteja alinhada com os valores éticos e os direitos dos indivíduos e grupos sociais. Um dos princípios essenciais é o da defesa dos direitos humanos, que destaca a responsabilidade dos assistentes sociais em promover e proteger a dignidade, a igualdade e a liberdade de todos os indivíduos. Este princípio está intimamente relacionado ao compromisso com a justiça social e à luta contra qualquer forma de discriminação e opressão (Conselho Federal de Serviço Social, 2021).

Além disso, a ética profissional se apresenta como um pilar central na atuação do assistente social. Os profissionais devem agir com responsabilidade, transparência e respeito nas suas relações com os usuários, colegas e instituições, garantindo que os interesses dos usuários sejam priorizados. Outro princípio importante é o da justiça social, que orienta os assistentes sociais a atuarem para promover a equidade e a inclusão social, buscando minimizar as desigualdades e injustiças presentes na sociedade (Barroco; Terra, 2012).

O princípio da liberdade e autonomia é igualmente essencial, uma vez que os assistentes sociais devem respeitar a capacidade dos usuários de tomar decisões sobre suas vidas, promovendo sua participação ativa nas escolhas que os afetam, entendendo a importância do empoderamento dos indivíduos e comunidades. A intersetorialidade também é um princípio relevante, pois a atuação do assistente social deve considerar a complexidade da realidade social e as interações entre diferentes políticas públicas e áreas de atuação. Isso implica em ações e serviços articulados, de modo a atender as necessidades da população (Netto, 2009).

Esses princípios orientam a prática do assistente social e formam a base ética e política que fundamenta a profissão, assegurando que a sua atuação esteja comprometida com a promoção da dignidade humana, a justiça social e o respeito aos direitos dos cidadãos.

A prática profissional do assistente social está alicerçada nas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, consideradas fundamentais para a compreensão da sua atuação na área de assistência social. A dimensão técnico-operativa refere-se à aplicação prática das habilidades e conhecimentos adquiridos na formação, abrangendo competências para realizar intervenções

efetivas na vida dos usuários. Isso inclui o atendimento direto, onde realiza escuta ativa, orientações e encaminhamentos para atender às necessidades dos usuários. A gestão de casos é outra atividade importante, que envolve o planejamento e a coordenação de intervenções considerando as especificidades de cada usuário, promovendo um atendimento integral (Guerra, 2018).

Além disso, o monitoramento e a avaliação são fundamentais, pois permitem o acompanhamento contínuo das situações sociais e a avaliação dos resultados das intervenções, possibilitando ajustes nas práticas. A articulação com redes de proteção também é um aspecto relevante, pois estabelece parcerias com outras instituições e serviços, buscando uma abordagem intersetorial (Guerra, 2018).

Por outro lado, a dimensão teórico-metodológica diz respeito ao conhecimento dos fundamentos teóricos e das metodologias que orientam a prática do assistente social. Essa dimensão inclui a fundamentação teórica, que envolve a compreensão das teorias sociais, políticas e psicológicas que embasam a prática, permitindo uma análise crítica da realidade. O conhecimento e a aplicação de diferentes metodologias e técnicas são essenciais para a intervenção, garantindo que o profissional possa escolher as melhores abordagens para cada situação. A avaliação e o diagnóstico, por meio da utilização de instrumentos e métodos adequados, também são fundamentais para identificar as necessidades e potencialidades dos usuários (Guerra, 2023).

A dimensão ético-política implica uma atuação consciente e engajada na esfera política. Os profissionais são chamados a ser agentes de mudança, participando da construção e implementação de políticas públicas que promovam a justiça social e a defesa dos direitos humanos. Essa atuação política envolve o reconhecimento das relações de poder e a luta contra as desigualdades, permitindo que intervenham em contextos que impeçam a transformação e a mobilização social. Portanto, o assistente social não deve se limitar a uma prática técnica, mas deve se posicionar criticamente frente às injustiças sociais (Eiras, 2023).

Essa dimensão é fundamental para a prática do assistente social, pois implica não apenas a aplicação de conhecimentos técnicos, mas também a incorporação de valores éticos e um compromisso com a transformação social. A ética no Serviço Social envolve princípios que orientam a conduta dos assistentes sociais, promovendo a dignidade humana, a justiça social, a equidade e o respeito aos direitos dos indivíduos e das coletividades. O Código de Ética do Assistente Social

estabelece diretrizes que norteiam as práticas profissionais, enfatizando a necessidade de um compromisso ético que vá além do atendimento individual, considerando as condições sociais, econômicas e culturais dos usuários (Eiras, 2023).

Essas dimensões são interdependentes e essenciais para a formação e atuação do assistente social e garantem que o profissional tenha uma abordagem integral, considerando tanto as práticas diretas com os usuários quanto o conhecimento teórico que embasa essas ações, além do compromisso ético e político necessário para promover a justiça social e a dignidade humana (Santos, 2013).

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva, investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (Santos; Souza Filho; Backx, 2018, p. 24).

Este estudo tem foco na dimensão técnico-operativa dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacando as práticas e competências para a atuação do assistente social nesse contexto. O SUAS, como uma política pública que visa garantir os direitos sociais e promover a inclusão, exige dos profissionais uma aplicação efetiva de conhecimentos e habilidades que vão além da teoria, sendo fundamentais para o enfrentamento das demandas da população.

Na dimensão técnica-operativa, o assistente social desempenha um papel fundamental no atendimento direto aos usuários, que inclui a escuta ativa, a identificação de necessidades e a elaboração de encaminhamentos adequados (Guerra, 2018). Portanto, ao focar na dimensão técnico-operativa no SUAS, este estudo busca evidenciar a importância das práticas cotidianas do assistente social, mostrando como essas ações são apoiadas para a promoção da justiça social e a garantia dos direitos dos cidadãos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema que visa garantir o acesso aos direitos sociais básicos e a redução das desigualdades sociais. Neste

contexto, o assistente social desempenha um papel fundamental na implementação das políticas voltadas para a promoção do bem-estar social (Brasil, 2011).

No entanto, esta prática profissional enfrenta diversos desafios que impactam o seu exercício efetivo e a conquista de resultados positivos para os indivíduos e comunidades atendidas. Desde o surgimento da profissão, na década de 1930, a atuação do assistente social tem sido marcada pela luta por direitos sociais e por uma prática crítica e transformadora. Ao longo dos anos, o contexto social e político tem apresentado diferentes desafios, influenciando diretamente a atuação do profissional.

Paiva e Sales (1996) afirmam que o Código de Ética do Serviço Social defende que esses profissionais devem envolver-se em ações sociais e políticas que procurem garantir que todas as pessoas tenham acesso igual aos recursos, emprego, serviços e oportunidades de que necessitam para satisfazer as suas necessidades básicas e desenvolver-se plenamente e a defesa da política de Serviço Social é um dos meios para defender esse padrão.

Sendo assim, diante desse cenário, este estudo buscou responder à seguinte questão-problema: Quais são os principais desafios percebidos pelos assistentes sociais no município de Bom Jesus do Norte, no estado do Espírito Santo, para a efetivação das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social?

A presente pesquisa conta com a estrutura de um breve resumo, introdução, justificativa, referencial teórico, métodos, resultados e discussão, as considerações finais, referências, anexos e apêndices. Na introdução, apresenta-se brevemente os aspectos da pesquisa. O referencial teórico busca uma melhor compreensão do tema e, por fim, os resultados e a discussão dos mesmos são apresentados, bem como as considerações finais e as devidas referências.

1.1 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa é uma parte essencial do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, oferecido pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Enquadrada na área de concentração de Políticas Públicas, Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local, este estudo se encaixa na linha de pesquisa dedicada ao Serviço Social, Processos Sociais e Sujeitos de Direito. Nessa linha de busca, são

realizadas investigações críticas e aprofundadas acerca dos processos sociais relacionados à luta pela defesa e ampliação de direitos e da democracia (Carraro; Silva; Costa, 2020, p. 235).

Como assistente social atuante em instituições públicas, muitas vezes me deparo com situações que são consideradas desafios para a prática profissional, como a falta de entendimento dos gestores sobre os instrumentos do Serviço Social, falta de condições de trabalho que permitam atuar em conformidade com os preceitos da profissão, além de desrespeito à carga horária. Tal conjuntura, muitas vezes, impede o profissional de garantir os direitos da população, o que me motivou a pesquisar esta situação, a fim de compreender se esses mesmos desafios são comuns na prática dos assistentes sociais.

Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil testemunhou o fortalecimento de políticas sociais que visam garantir direitos e combater a pobreza. A Constituição Federal de 1988 foi um marco fundamental nessa nova realidade, elevando a questão da pobreza ao patamar de prioridade na agenda pública brasileira. A partir desse momento, as políticas de assistência social foram oficialmente reconhecidas como uma responsabilidade do Estado, destacando a importância de abordar essa temática de forma estruturada e profissional, incorporando e aprimorando as conquistas alcançadas até então.

Considerando tamanha importância, este trabalho justifica-se pela relevância desta temática na sociedade atual, pois tem como objetivo oferecer contribuições sobre a profissão do Serviço Social no SUAS, apresentando os desafios desse profissional. Portanto, é de extrema importância para a compreensão da relação do Serviço Social no SUAS, como política pública garantida constitucionalmente, demonstrando ser um desafio que exige uma reflexão profunda.

A prática profissional do assistente social no Sistema Único de Assistência Social é fundamental para a promoção da justiça social e a garantia de direitos à população em situação de vulnerabilidade. O SUAS, como uma política pública brasileira, busca organizar a assistência social de forma integrada, visando garantir que indivíduos e famílias tenham acesso aos serviços e benefícios que atendem às suas necessidades. Contudo, os assistentes sociais enfrentam diversos desafios que permitem a sua atuação, especialmente em contextos locais, como é o caso do município pesquisado.

A pesquisa em um município específico permite uma análise mais aprofundada das demandas da população e das condições de trabalho dos assistentes sociais. Como afirmam Pinho e Rodrigues (2015), o contexto local é fundamental para compreender as nuances da prática profissional e os desafios enfrentados. Assim, torna-se importante compreender como as adversidades enfrentadas pelos profissionais impactam a qualidade do atendimento e os resultados das intervenções sociais.

Compreender a realidade desses profissionais é essencial não apenas para a melhoria das práticas e políticas públicas, mas também para a valorização da profissão e a defesa dos direitos dos cidadãos. A pesquisa busca, assim, contribuir para um diálogo crítico e reflexivo sobre a assistência social no Brasil, promovendo um olhar atento às particularidades regionais e às necessidades de formação e apoio aos assistentes sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IMPACTOS DO CAPITALISMO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Os processos de globalização da economia, da robotização da produção, os ajustes econômicos, a recessão e o desemprego, introduziram um cenário bastante perverso para as nações mais pobres. Neste processo, conseqüentemente, o que se observou foi um exército de sobreviventes, para os quais foram destinados o trabalho precário, a economia informal e o subemprego crônico (Souza; Anunciação, 2020).

No início da década de 1990, submetido a pressões do meio internacional, o governo brasileiro deu início ao ajuste das reformas liberais que desregularam a economia. Esse ajuste, radicalizado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, se por um lado, manteve uma relativa estabilidade da moeda e uma modernização econômica, por outro, fez aumentar exponencialmente a dependência externa e agravar a questão social¹ (Mandu; Azevedo, 2024).

As mudanças se intensificaram com a adoção da agenda neoliberal, que teve efeitos muito fortes no conteúdo social e espacial das áreas urbanas, nos processos de produção, reprodução e gestão da força de trabalho. A queda no emprego formal, a contração dos salários e a precarização das relações de trabalho, foram alguns dos problemas que se acentuaram no período. Nesse sentido, Mandu e Azevedo (2024, p. 4) afirmam que:

O projeto de desmonte dos direitos sociais e de avanços e compromissos sociais estabelecidos pela Constituição Federal (CF/1988) sempre esteve presente. A partir da década de 1990, diversos mecanismos foram utilizados, sob a lógica neoliberal, com o objetivo de derruir os serviços públicos e a responsabilidade do Estado na garantia, na viabilização e na ampliação deles como direitos para a população. Com o discurso voltado à “satanização” do Estado e atribuindo a ele toda a responsabilidade pela crise vivenciada no país, o então presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), implementou uma verdadeira e perversa contrarreforma

¹ Segundo Iamamoto e Carvalho (2015, p. 77), “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

O neoliberalismo é uma ideologia/filosofia política que visa transformar o estado de bem-estar social e, por sua vez, o trabalho social, libertando os mercados e o capital corporativo das restrições da social democracia do pós-guerra. Os processos de privatização e mercantilização passam a dominar, corroendo o ideal de cidadania social em favor do incentivo ao emprego e da abolição da chamada dependência do bem-estar (Chesnais, 2005).

A partir do neoliberalismo no país, novas desigualdades e vulnerabilidades foram criadas, introduzindo cortes drásticos de benefícios para os mais vulneráveis. As formas de apoio social do Estado foram sendo amplamente reduzidas. A abordagem neoliberal na prática do trabalho social ocasionou, nas últimas décadas, um efeito com implicações para a marginalização daqueles que recebem seus serviços, ou seja, por meio da restrição de serviços. Em particular, a profissão foi subjugada às demandas do gerencialismo, com seu foco em garantir que conclua a burocracia rapidamente para racionalizar recursos e avaliar/gerenciar riscos (Silveira Júnior, 2016).

A mudança cultural, como resultado do neoliberalismo, ocasionou a mercantilização de aspectos da sociedade que antes eram considerados impossíveis de mercantilizar, como o bem-estar social e até mesmo a água. A lógica de mercado está, portanto, cada vez mais incorporada na sociedade, com os valores sendo internalizados nas vidas sociais e pessoais dos cidadãos, criando desafios profissionais, devido ao crescente isolamento do trabalho social da prestação de serviços universais. Nesse sentido, Yamamoto (2018, p. 83) afirma que:

Se o Estado se reserva o poder de regular tais políticas, orienta-se também no sentido de favorecer a participação da iniciativa privada na área da prestação de serviços sociais, como campo de investimento do capital ou meio de obtenção de vantagens fiscais, fazendo com que a qualidade dos serviços seja subordinada aos requisitos de rentabilidade das empresas que atuam no campo. Soma-se a isso uma outra particularidade: esses serviços devem ser financiados, total ou parcialmente, pelos próprios beneficiários. Da lógica que preside a estruturação dos serviços sociais, não faz parte qualquer componente distributivista. Ao contrário, não se trata de distribuir, mas de construir, de acrescentar o capital investido, ampliando consequentemente as desigualdades sociais.

Isso está por trás do alerta de Bourdieu e Wacquant (2005) de que, como resultado da manipulação política, a verdadeira natureza dos projetos neoliberais é frequentemente disfarçada ou apresentada como nova e reformista. Nesse sentido, por meio da retórica da modernização do serviço público e um impulso para maior

eficiência de recursos, as organizações públicas são remodeladas como réplicas do mundo dos negócios.

A política neoliberal dos anos 1990, sob orientação dos organismos internacionais, que davam prioridade ao ajuste econômico, recomendando cortes nos gastos sociais, levou as políticas sociais brasileiras a terem seu desenvolvimento marcado por:

Um conjunto amplo, embora disperso, desfocalizado, descontínuo e insuficiente de programas sociais, com marcas prevalentes de traços meramente compensatórios, desvinculando-se da necessária articulação com as políticas de desenvolvimento econômico (Silva; Yazbek; Giovanni, 2014, p. 26).

Por conseguinte, o Sistema de Proteção Social Brasileiro, se mostrou ineficaz no enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade social de amplo contingente da população, atingida por um modelo de desenvolvimento econômico que serviu apenas para aprofundar a concentração de renda e a desigualdade social (Silva; Yazbek; Giovanni, 2014).

É importante destacar a conjuntura político-econômica em que vivia o Brasil neste momento, iniciando-se o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, com prioridade absoluta para a estabilização da economia. Com relação ao trato da questão social, especificamente da pobreza, seu governo criou o Programa Comunidade Solidária, caracterizado por uma focalização conservadora que priorizava apenas alguns municípios brasileiros (Pereira, 2017).

Neste período, os programas sociais foram um mecanismo compensatório para facilitar o objetivo maior e mais importante da globalização e modernização. A partir de 2003, com a ascensão ao poder de um partido de esquerda, os programas sociais passaram a fazer parte da agenda governamental, o que levou a uma redução da pobreza no país. Silva (2010) afirma que esta conjuntura se deveu à expansão dos gastos com previdência e assistência social pelo governo federal. Em outras palavras, a estabilidade macroeconômica e a redistribuição foram as principais ferramentas de política para induzir mudanças positivas na distribuição de renda. Após 2003, a tendência de queda da pobreza continuou e caiu para 21% da população, em 2010.

As inovações dos governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), tanto nos procedimentos quanto na substância da formulação de políticas públicas, foram

baseadas em uma percepção crítica do capitalismo globalizado e neoliberal. O país atingiu o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir pela metade a proporção da população vivendo em extrema pobreza, quase 10 anos antes da data-alvo (Pereira, 2017).

Raichelis e Arregui (2021) ressaltam que a proteção social no Brasil experimentou mudanças significativas entre os anos de 2003/2014, em certa medida, associadas à diminuição dos níveis de desigualdade e pobreza. A centralidade dada às políticas sociais como um instrumento para o desenvolvimento econômico e a tentativa de incorporar essas ideias em estruturas normativas internacionais foi o ponto central dos governos do período.

O que diferenciava o Brasil, naquele momento histórico, de suas próprias experiências passadas foi a construção de um modelo de desenvolvimento que buscava unir a criação de riqueza e a redução das desigualdades sociais, combinando a ortodoxia econômica liberal com o ativismo estatal (neodesenvolvimentismo). Na realidade, o desenvolvimento social era um motor do desenvolvimento nacional e não meramente políticas assistencialistas ou compensatórias (Menezes; Vieira, 2022).

De acordo com Erber (2011), essa agenda de desenvolvimento residia na combinação de dois elementos principais: o retorno de um "estado intervencionista", particularmente no que diz respeito à industrialização e à inovação tecnológica; e a centralidade das políticas sociais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade, como motores do desenvolvimento nacional.

No entanto, é importante destacar que a alternância de poder em sistemas democráticos pode transformar profundamente visões de mundo, interesses e estratégias. Segundo Raichelis, Paz e Wanderley (2022), os impactos da crise financeira global de 2008 foram sentidos em meados da década de 2010 e as medidas econômicas estabelecidas pela presidente Dilma Rousseff e a incapacidade do governo de lidar com a contestação social, juntamente com a ascensão gradual de grupos de interesse conservadores, resultaram em uma grande crise, que culminou no seu *impeachment*, em 2016. Michel Temer assumiu o cargo e substituiu 13 anos da administração de esquerda do Partido dos Trabalhadores, com um governo de orientação conservadora.

De acordo com Mandu e Azevedo (2024, p. 6):

A partir de 2016, com o golpe instaurado que retira a presidenta Dilma Rousseff da presidência da república, a agenda neoliberal adquiriu força e alargou seu potencial de destruição, direcionada por um contexto em que se abria um gravíssimo cenário com ascensão da extrema-direita, marcado por um ultraneoliberalismo, ultraneoliberalismo² e um ajuste fiscal que se tornou permanente, com impactos severos nas condições de vida da população e corroendo ainda mais o sistema de proteção social brasileiro.

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, Michel Temer reduziu o alcance de diversas políticas sociais, incluindo transferências condicionais de renda (Andrade, 2020). Outro exemplo foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, incluindo aqueles destinados à educação e ao sistema universal de saúde. Assim, as mudanças governamentais abriram as portas ao dismantelamento de uma vasta gama de políticas públicas, incluindo políticas sociais, de desenvolvimento rural, ambientais, de saúde, educacionais e culturais (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

De acordo com Boschetti e Behring (2021, p. 70), desde 2016, o país avançou consideravelmente rumo ao neoliberalismo, por meio das privatizações e contrarreformas, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, que “quebrou o ovo da serpente e alçou ao poder um governo de extrema direita, ultraneoliberal e neofascista³”, agradando a classe empresarial, por meio das privatizações, destruição ambiental e dos direitos sociais, ao desvincular os gastos sociais do orçamento. Para as autoras, esta redução dos direitos está atrelada ao ultraneoliberalismo, que:

É reforçado também por um reacionarismo violento — neofascista —, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas. O conservadorismo moral negligencia os direitos humanos e as conquistas civilizatórias no campo da cidadania constitucional (Boschetti; Behring, 2021, p. 72).

² O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal (Barroco, 2022, p. 13).

³ Dentre as características neofascistas do governo Bolsonaro, Barroco (2022, p. 16) cita a referência a um passado mítico, que é objetivada pelo governo em função do mito de que a ditadura empresarial militar não existiu como tal, ou seja, como barbárie e horror. O negacionismo tem sido o método de refundação do real, de transformação de *fake news* em verdades. A exclusão de grupos sociais em nome da ordem social também está voltada à perseguição política aos movimentos de esquerda, exclusão que, na fala do Presidente da República, deveria constituir na extinção. A adesão a uma moral sexual machista e homofóbica tornou-se explícita com a divulgação dos mitos que criaram ideologicamente o chamado “kit gay” e deturparam a discussão de gênero nas escolas.

Assim, o governo mudou drasticamente sua agenda política e políticas públicas relevantes, que foram centrais para as tentativas do Brasil de construir sua reputação internacional, foram fundamentalmente alteradas, particularmente no que diz respeito à proteção social e direitos humanos, inscrevendo o país na agenda neoliberal, pois, segundo Yazbek (2016, p. 94), “as transformações em andamento correm não apenas em relação à ordem econômica, mas constituem um conjunto de mudanças e processos assimétricos e desiguais que atingem múltiplas dimensões da vida social”, dentre as quais o desmantelamento das políticas de redução da desigualdade, que visavam grupos beneficiários específicos (ou seja, povos indígenas, agricultores familiares e outras populações vulneráveis).

O desmonte das políticas públicas foi operado por meio de medidas legislativas, administrativas e simbólicas (redução de recursos, mudança de regras processuais, paralisa administrativa, decretos presidenciais, emendas constitucionais, politização da burocracia estatal, dentre outros). De acordo com Sant’Ana e Silva (2024), a Constituição de 1988, desde a sua promulgação até 2022, foi modificada 140 vezes, tornando-se uma “colcha de retalhos”. Entretanto, é por meio deste instrumento legal que se pode lutar para assegurar as políticas sociais necessárias para a população, especialmente nestes tempos adversos, quando as desigualdades se aprofundaram expressivamente, o que impacta significativamente o Serviço Social.

2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Historicamente, a política social brasileira se caracteriza por ações e programas descontínuos, focalizados, emergenciais, destinados a compensar as carências daqueles que se encontravam fora do mercado de trabalho. Como Yazbek (2016, p. 36) ressalta:

As políticas sociais no Brasil nascem e se desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da questão social, permitindo apenas acesso discriminado a recursos e a serviços sociais. O caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido, servem à acomodação de interesses de classe e são compatíveis com o caráter obsoleto dos aparelhos de Estado em face da questão. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira.

Diante disso, a exploração da classe trabalhadora tornava-se cada vez maior, e o Estado, admitindo a possibilidade de perder o controle da situação, devido a pressão das categorias populares, assumiu a responsabilidade de intervir como meio de sustentação e manutenção, admitindo os assistentes sociais como profissionais formados para serem gestores das políticas sociais e mediadores desses conflitos das categorias, com uma postura meramente conservadora de manutenção da ordem social (Iamamoto; Carvalho, 2015).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2015), esta foi a imagem social e histórica frequentemente incorporada à assistência social, cuja base teórica estava dada pela Doutrina Social da Igreja e os objetivos definidos em termos políticos de resgate do eleitorado católico, para dar legitimidade à reconquista do poder da Igreja, sob a contrapartida da manutenção da paz social, da moral e dos bons costumes e, assim, reproduzir as formas de controle social para legitimar a estrutura social.

O Sistema de Proteção Social Brasileiro, denominado por Pereira (2017) como sistema de bem-estar periférico, formou-se, em grande medida, a partir das mudanças econômicas e políticas ocorridas a nível internacional, que acabaram por influenciar mudanças na ordem política interna.

No Brasil, o Sistema de Proteção Social, que vigorou por quase todo o século XX, foi organizado durante as décadas de 1930 e 1940, acompanhando o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Embora limitada, já que era subordinada ao aspecto econômico, a regulação da proteção social avançou nesse período, demonstrando uma maior preocupação do Estado no enfrentamento da questão social, que já não era tratada como caso de polícia. Neste contexto, pode-se destacar a criação dos Ministérios do Trabalho e da Educação e Saúde, a transformação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), além da criação da Carteira de Trabalho e de uma legislação trabalhista (Pereira, 2017).

Na década de 1940, importantes medidas, como a promulgação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e a instituição do salário mínimo, formaram o arcabouço do sistema de atuação do Estado na proteção e regulação social. É importante destacar que a instituição do salário mínimo é considerada a primeira iniciativa de estabelecimento de um mínimo de renda para o trabalhador brasileiro (Pereira, 2017).

Posteriormente, a assistência social foi se configurando como uma área pragmática da ação governamental voltada para a prestação de serviços, sendo que esta presença, em tese, asseguraria e garantiria a justiça social. Assim, o assistente social caracterizou-se como o profissional que socialmente teve atribuída a função de identificar e categorizar tanto a pobreza quanto a miséria, para que a justiça social se processasse sem favoritismos e de maneira equânime, afirmando-se, portanto, como profissão integrada ao setor público, na medida da expansão da ação e do controle do Estado junto à sociedade. Para Yamamoto e Carvalho (2015, p. 79):

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as seqüelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores.

De 1946 a 1964 não ocorreram transformações significativas neste modelo de proteção social, havendo, no entanto, a expansão do Sistema de Seguro Social a algumas categorias profissionais. O fato mais significativo desse período foi a instituição da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), em 1960, visando à uniformização de benefícios e serviços prestados pelos antigos IAPs (Pereira, 2017).

No período compreendido pelos governos militares também não ocorreram grandes alterações na lógica de funcionamento do Sistema de Proteção Social, entretanto, houve a ampliação da cobertura para grupos sociais que não eram assistidos, tais como empregados domésticos, autônomos e trabalhadores rurais. Neste período foram criados o Fundo de Garantia por Tempo de Contribuição (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), com a finalidade de financiar programas sociais, além da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou os Institutos de Previdência (Sposati, 2018).

A expansão do sistema de proteção social caracterizou-se, segundo Aureliano e Draibe (1989), por um forte viés clientelista, pelo condicionamento da inclusão aos aspectos seletivos e ao interesse político, favorecidos pela centralização política e financeira no Executivo Federal. O gasto social esteve

submetido aos critérios econômicos e financeiros de rentabilidade privada para a alocação de recursos.

Oliveira e Kahhale (2020) afirmam que o Sistema de Proteção Social Brasileiro, formou-se a partir de dois modelos distintos: o seguro social, direcionado aos beneficiários vinculados ao mercado de trabalho, condicionado, portanto, a uma contribuição prévia; e o modelo assistencial, destinado à população não atendida pelo seguro, por não possuir vínculo trabalhista, dividindo-se, respectivamente, entre previdência e assistência.

Enquanto a previdência, através da lógica do seguro, avançou, dando cobertura a todos os beneficiários vinculados ao mercado de trabalho, o modelo assistencial, destinado à população que não possuía vínculo trabalhista, resumiu-se a serviços e ações esparsas, de caráter emergencial, por meio de medidas compensatórias e estigmatizantes, voltando-se apenas para minorar ou combater a pobreza (Couto, 2010).

Segundo Silva (2001), a legitimação do Regime Civil Militar se fez especialmente junto às camadas médias e aos assalariados urbanos pela propaganda massiva acerca do sucesso do milagre brasileiro e a expansão dos programas sociais esteve associada muito mais à criação de bases de apoio político-parlamentar, como uma moeda de troca, do que como um processo auxiliar de estruturação de novas formas de relacionamento com os segmentos subalternos.

Houve uma tentativa de reformular a política social com a implementação de vários programas, que, entretanto, não mudaram a essência assistencialista emanada de suas ações. Este ímpeto decorreu da desaceleração do crescimento econômico, ampliação das tensões inflacionárias e agravamento da crise cambial, conjuntura esta que conduziu a racionalização dos gastos sociais (Sposati, 2018).

No final dos governos militares, a agenda reformista foi estimulada pelo agravamento da questão social, em virtude do ajuste recessivo e do revigoreamento do movimento oposicionista que culminou no movimento das “Diretas Já”, exigindo eleições diretas para presidente, sendo neste período de transição democrática (1985 a 1988) que a reforma do sistema de proteção social adquiriu densidade (Pereira, 2008).

O Estado, diante da emergência da questão social, passou a adotar medidas paliativas no sentido de amenizar as tensões presentes na realidade social, mascarando a pobreza existente por meio de programas de caráter filantrópico e

assistencialistas que colocavam o usuário em posição de assistido, transformando o serviço ao qual o mesmo deveria ter direito, em benesse. Assim, a partir de ações paternalistas, clientelistas, o poder público distorceu a noção de direito social e cidadania, enfatizando a subordinação e dependência dos usuários que, nesta perspectiva, não eram reconhecidos enquanto sujeito de direitos, ficando situados no campo do não direito, através de uma cidadania regulada (Santos, 1987).

Nesse sentido, Yazbek (2016, p. 41) afirma que:

Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se a lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida.

Desta forma, Batinni (2007) afirma que o Estado brasileiro, através das políticas sociais, reforçou a reprodução da subalternidade dos segmentos mais pobres da população, que passaram a depender de favores. A partir de meados da década de 1970, verifica-se no Brasil uma forte rearticulação da sociedade civil, a partir dos movimentos sociais que passam a reivindicar a ampliação dos direitos sociais e o alargamento da concepção de cidadania.

2.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

O processo de redemocratização instaurou-se num momento de agudização da pobreza e da exclusão social, refletindo-se na Constituição de 1988, com a instituição do conceito de Seguridade Social, caracterizada pela universalização do acesso a bens e serviços públicos, contemplando Previdência, Saúde e também a Assistência. Neste sentido, como destaca Silva, Yazbek e Giovanni (2014, p. 17):

O processo de rearticulação da sociedade civil que marcou os anos 1980 colocou a luta política por direitos sociais básicos. Neste contexto de efervescência popular é destacada a questão da cidadania, cujo marco foi a ampliação dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988, que introduziu a noção de Seguridade Social. Ampliam-se assim os deveres do Estado com os cidadãos bem como se vivencia maior visibilidade política e acadêmica sobre as questões sociais.

Com a recuperação da estrutura federativa do país, a partir da Constituição Federal de 1988, procurou-se então ampliar a visibilidade dos mecanismos de tomada de decisão e introduzir a participação da sociedade para aumentar o controle sobre as políticas governamentais e a assistência social foi sendo construída, visando superar a ajuda voluntária e filantrópica (Couto, 2010).

Nesse contexto, é importante destacar a Constituição Federal de 1988 como um marco fundamental na história da política de assistência social brasileira, tendo em vista que esta adquiriu status de política pública, isto é, passou a ser direito do cidadão e dever do Estado, conforme ressalta o artigo 203, ao definir que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social” (Brasil, 1988).

Outro aspecto essencial inovado pela Constituição de 1988, diz respeito à descentralização político-administrativa, com a distribuição das competências entre a União, Estados e Municípios, o que estimulou uma maior participação da sociedade civil organizada e conseqüentemente o processo de controle social (Brasil, 1988).

É importante salientar que a descentralização das políticas sociais, desde a década de 1980, era uma reivindicação dos movimentos sociais como condição fundamental para a democratização e controle social dos programas. No entanto o ideário neoliberal incorporou este princípio que, nesta perspectiva, significou mais transferência da responsabilidade da esfera do Governo Federal para os municípios, nem sempre acompanhada dos recursos necessários. Para Silva, Yazbek e Giovanni (2014, p. 204):

A descentralização passou a representar um consenso em matéria de política social, implicando numa articulação entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal e destas com a sociedade. Funda-se na crítica ao desenho e gerenciamento centralizados dos programas sociais que marcaram o período da ditadura militar; na heterogeneidade econômica, social e cultural que deter mina as disparidades inter e intra-regionais que marcam o país e na necessidade de aproximar os serviços dos seus usuários para permitir acesso, participação e controle social.

Contraditoriamente aos avanços e conquistas alcançados com a Constituição de 1988, a partir dos anos de 1990, o Estado passou a adotar as orientações neoliberais, com o objetivo de fazer um ajuste econômico, inserindo o país na chamada competitividade da economia globalizada, e o processo de ampliação dos

direitos sociais passou a ser fortemente combatido e interrompido. Para Silva, Yazbek e Giovanni (2014, p. 23):

A opção pelo ajuste econômico no Brasil, como em outros países, sobretudo nos denominados emergentes, teve como consequência a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com consequente ampliação e aprofundamento da pobreza, que se estendeu inclusive para os setores médios da sociedade.

Nesse contexto, a chamada Reforma do Estado brasileiro provocou o desmonte do Sistema de Proteção Social consagrado na Constituição de 1988, a partir da lógica do mercado, evidenciando um retrocesso na oferta de serviços sociais básicos, com o total abandono do processo de universalização e ampliação dos direitos sociais. Ademais, o processo de flexibilização das relações de trabalho, provocou o agravamento deste quadro a partir do surgimento de novas formas de exclusão social e econômica (Soares, 2002).

Não obstante todas as limitações impostas à efetiva implementação dos princípios constitucionais referentes à Seguridade Social, em dezembro de 1993, foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1993).

Em seu artigo primeiro, a LOAS define que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993).

No texto da LOAS podem ser destacados alguns aspectos fundamentais referentes à proteção social, como a afirmação da assistência social como política pública de seguridade social, a noção dos mínimos sociais e a gratuidade dos serviços e benefícios. Enquanto política pública, a assistência social refere-se a planos, estratégias e ações que se pautam pelo interesse comum, com vistas ao atendimento das demandas e necessidades sociais. “Política pública significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis” (Pereira, 2017, p. 223).

Yazbek (2016, p. 55) ressalta que:

A inclusão da assistência social na Seguridade traz a questão para o campo dos direitos e para a esfera da responsabilidade estatal. Inicia-se um processo que deverá torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem, embora dentro de uma concepção restritiva (apesar de prioritária) de seu destinatário.

Nesse sentido, só o Estado pode garantir direitos, bem como a gratuidade de serviços e benefícios, outro aspecto que constitui uma característica básica da política de assistência social, implícita na LOAS. Como afirma Pereira (2017), a assistência existe para atender às necessidades sociais devendo, assim, se contrapor à lógica econômica, sem exigir qualquer tipo de contrapartida ou condição aos seus usuários, já que é gratuita e não contributiva, nos termos da LOAS.

Em relação à qualidade dos serviços, Carvalho (1980, p. 50) chama atenção para o desafio que esta situação traz, pelo fato da necessidade de conter o caráter de restauradores da cidadania:

Na cultura tutelar reinante em nosso país permanece uma regra difícil de ser eliminada: para pobres bastam programas pobres. É na base desta regra que os serviços e programas assistenciais acabam produzindo ações precárias, pontuais, descontínuas, com péssima qualidade. Nem mesmo conseguem ser compensatórias. (...) Precisam ampliar o leque de opções e escolhas de benefícios/serviços e finalmente ampliar o conceito de mínimos de proteção social. Porque mínimos sociais não podem escorregar para uma opção reducionista.

Vale ressaltar que a assistência social não deve voltar-se apenas para a satisfação das necessidades biológicas ou naturais, pois, sendo o ser humano dotado de dimensões emocionais, estas devem ser consideradas pelas políticas públicas, uma vez que, na concepção de Pereira (2017, p. 224):

A política de assistência social, além de dever se preocupar com a provisão de bens materiais ('dar o peixe'), tem que contribuir para a efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, à oportunidades de participação e ao usufruto do progresso ('dar condições de pescar').

Dessa forma, para que a assistência social promova seus objetivos demarcados na legislação, não basta apenas a alteração de concepções e diretrizes operacionais, mas, como afirma Pereira (2017, p. 219), faz-se necessário "o rompimento com a antiga cultura conservadora que se baseava em arraigados

mecanismos viciosos de atenção à pobreza, como: paternalismo, clientelismo, fisiologismo⁴, dentre outros”.

2.4 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS

A consolidação dos princípios da LOAS ocorreu com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 15 de outubro de 2004, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Por sua vez, a operacionalização do SUAS foi estabelecida na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005 (Brasil, 2005).

O SUAS unifica e organiza a PNAS, como pode ser observado no seu texto, ao se referir ao seu conceito e base de organização:

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenha, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (Brasil, 2004, p.23).

A proposta do SUAS é, através de um novo modelo de gestão, reorganizar os programas, serviços e benefícios sociais, fixando novos critérios para a partilha de recursos financeiros federais, entre os entes da federação. No entanto, como sinaliza Tapajós (2007, p. 86):

⁴ O paternalismo é uma herança colonial do Brasil, sendo considerado por muitos como uma marca negativa, pois impossibilita que as classes subalternas tenham uma postura ativa e reivindicadora, sendo manipuladas, controladas e mantidas na dependência, sendo necessário que solicitem favores aos que estão em posição superior, o que gera relações assimétricas e desiguais (French, 2009, p. 21). As relações permeadas pelo clientelismo e fisiologismo assentam-se na defesa de interesses materiais imediatos e centram-se na efetuação de trocas de benefícios, serviços, votos. O representante atua como mediador, entre o cliente e a máquina estatal, possibilitando o acesso das demandas à esfera governamental. Ao privatizar o acesso aos bens públicos, o representante impõe sua mediação às clientelas as quais se tornam dependentes e gratas pela generosidade recebida. Percebe-se, nessa relação, um forte componente moral que sedimenta o vínculo clientelista: a reciprocidade obrigatória (Araújo, 2011, p. 1).

O SUAS funda-se na ideia não apenas de um novo modelo de gestão, diferenciando-se de qualquer iniciativa nesse campo, mas na noção de direito à proteção social ancorada na cidadania, abandonando as práticas minimalistas de atenção social ao requalificar essa política de seguridade social como dever do Estado na direção da universalização.

A Política de Assistência Social que instituiu o SUAS definiu dois patamares de proteção social: a básica e a especial, com o objetivo de garantir a segurança de sobrevivência (de rendimentos e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar. A proteção social básica é de responsabilidade dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e de outras unidades básicas de assistência social, tendo a família como unidade de referência (Brasil, 2005).

No caso da proteção social especial, são considerados dois níveis de complexidade, a média e a alta, tendo como unidade pública de referência, os Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS). De acordo com documentos oficiais, ambas são direcionadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de direitos violados (Brasil, 2005).

Segundo Souza (2011, p. 70), o CRAS atende famílias em regiões que possuem maior vulnerabilidade social, coordenando e articulando ações estratégicas, a fim de operacionalizar o Programa de Apoio Integral à Família (PAIF), valorizando sua heterogeneidade, peculiaridade e diversidade cultural do núcleo familiar, sem desconsiderar a diversidade de arranjos existentes, sempre levando em conta o que considera como funções básicas da família: “prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referência moral e afetiva; ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições e com o Estado”, sendo este órgão a porta de entrada dos cidadãos nos programas, ações, benefícios e serviços da assistência social.

A Proteção Social Especial (PSE) tem como meta o atendimento de pessoas violadas em seus direitos, apresentando frágeis vínculos familiares, envolvendo situações que vão desde a garantia de sua sobrevivência até a inclusão em redes sociais de atendimento, priorizando acolhimento e cuidado temporário, ou por longos períodos para aqueles que não podem mais contar com suas famílias, necessitando, por vezes, serem retirados do núcleo familiar, ou seja, que necessitam de proteção integral (Souza, 2011).

De acordo com a Lei nº 12.435/2011, que alterou a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e dispôs sobre a Assistência Social, alterando a LOAS e estabelecendo legalmente o SUAS, o CREAS se constitui em uma:

Unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (Brasil, 2011, p. 6).

Segundo Sposati (2018), o SUAS propõe a proteção social básica e especial, buscando ultrapassar o caráter compensatório da proteção social que, via de regra, ocorre após a gravidade do risco instalado. Dessa forma, o eixo na demanda pela proteção social, e não propriamente a situação de ser pobre, aproxima-se mais da noção de seguridade social.

Paiva (2006, p.18) afirma que é importante ter em mente que a política de assistência social cujo foco resume-se ao indivíduo em situação de risco ou à família em vulnerabilidade, e não à necessidade social e coletiva, tende a diluir o seu caráter social emancipatório.

Mota, Maranhão e Sicovsky (2006, p. 171) destacam que, com a instituição do SUAS, dois aspectos foram contemplados:

A possibilidade de superar a histórica cultura assistencialista, levada a efeito pelo patrimonialismo da classe dominante, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliados às práticas fisiológicas e ao nepotismo; a outra refere-se à superação da ideologia da caridade e do primeiro-damismo através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social, como dão indícios as competências requeridas para a implementação da proposta.

No que se refere ao dimensionamento dos riscos e das vulnerabilidades, Sposati (2018, p.112) ressalta que, embora sejam condições prioritárias, não retiram a preocupação com a atenção ao quase risco ou com a descoberta de iniciativas inibidoras da presença ou do agravamento da vulnerabilidade, pois, só assim, a assistência social, como política pública, alcançará sua efetividade.

Segundo Pacheco e Malgarin (2011, p. 546), a reordenação da política de Assistência Social estabeleceu estratégias para enfrentar a violência, ampliando o acesso aos direitos sociais, “tendo como meta o enfrentamento das demandas de vulnerabilidade vivenciadas pelos usuários, como também elaborar um trabalho de

erradicação da fragilidade e fragmentação das políticas públicas, como preconiza o SUAS”.

A efetivação do SUAS, com o ingresso da assistência social na condição de política pública, segundo Sposati (2018), exige alguns requisitos fundamentais como: planejamento, desenvolvimento de tecnologia de orçamentação, quadro de trabalhadores permanentes e capacitados, desenvolvimento de tecnologia de gestão, fortalecimento de mecanismos de gestão democrática e participativa e discussão dos resultados com processo de avaliação.

A grande novidade trazida pelo SUAS, segundo Sposati (2018, p. 116), foi “instaurar em todo o território brasileiro um mesmo regime geral de gestão e alcance da política brasileira de assistência social, com a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania”.

A despeito de todos os impactos positivos trazidos pelo SUAS, como maior racionalidade e transparência nos gastos, ampliação da efetividade das ações e melhoria na avaliação dos resultados, a consolidação e efetivação da política de assistência social, como afirma Pereira (2017), passa necessariamente pelo comprometimento do Estado e pelo controle democrático por parte da sociedade, a fim de que a política de assistência social seja compatível com a magnitude e complexidade da pobreza brasileira.

Nesse contexto, a assistência social deixou de ser uma prática clientelista, arbitrária, tornando-se uma política pública, um dever do Estado e um direito do cidadão, passando da esfera privada para a pública, para este espaço das regras comuns a todos, não sendo mais regulada, ao menos oficialmente, pelo critério particular, pela esfera privada, pela boa vontade ou pela caridade.

2.5 PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social surgiu no Brasil, na década de 1930, acompanhou “o processo de industrialização pesada e a radicalização das expressões da questão social”, vinculado à Igreja Católica e ao Estado, de forma semelhante ao europeu da época (Silva, 2020, p. 292). O surgimento do Serviço Social, como um departamento da Ação Social Católica, se deu no enfrentamento da questão social com a expansão do proletariado, como mecanismo de alívio dos problemas sociais, peculiares ao início da industrialização no país.

Dito de outra forma, a origem da assistência social esteve imbricada e assentada no desenvolvimento capitalista industrial e na expansão urbana, razão pela qual os fenômenos da questão social, passaram a ser sua base de atuação (Iamamoto; Carvalho, 2015).

A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalistas, como uma estratégia para garantir a expansão do capital (Martinelli; Rodrigues; Muchail, 2007, p.124).

Dessa forma, o Serviço Social originou-se com a benesse e a caridade como suas principais características, sem fazer os questionamentos acerca dos fenômenos sociais nos quais intervinha. O Estado utilizava-se de repressão e coerção em sua relação com a luta de classes e o Serviço Social tinha a função de normatizar e disciplinar as relações de trabalho, intervindo de modo a adequar os trabalhadores à rotina das indústrias. Para isso, a intervenção era feita junto às famílias dos trabalhadores. Segundo Iamamoto e Carvalho (2015, p. 77):

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas.

Em face da ausência do Estado e de sua incapacidade de implementar políticas sociais eficazes, a repressão policial e as ações assistenciais (caridade) assentadas nos princípios da Igreja Católica, foram as respostas oferecidas para a efetivação de um almejado controle social. É possível perceber que a profissão é derivada de um certo caráter missionário, permeado pela vocação de servir através de ações filantrópicas e benemerentes, onde as qualidades pessoais são mais valorizadas do que o próprio saber e, portanto, é uma escolha e, antes de ser um trabalho, é uma missão, cujo alvo se destinava não somente àqueles que se apresentavam sem condições de ter suas necessidades satisfeitas, como também para o trabalhador e sua família, visto as condições degradantes a que estavam expostos e submetidos pelo pauperismo (Iamamoto; Carvalho, 2015).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2015), esta foi a imagem social histórica e frequentemente incorporada ao Serviço Social, cuja base teórica estava dada pela Doutrina Social da Igreja e os objetivos definidos em termos políticos de resgate do eleitorado católico, para dar legitimidade à reconquista do poder da Igreja, sob a contrapartida da manutenção da paz social, da moral e dos bons costumes e, assim, reproduzir as formas de controle social para legitimar a estrutura social.

Neste contexto, onde miséria e pauperismo eram considerados anomalias do proletariado urbano e fruto de uma má formação moral, a intervenção social deveria ser canalizada para a produção de efeitos amenizadores dos conflitos sociais, pois estes poderiam colocar em risco a boa sociedade e gerar desordens sociais, prejudiciais à manutenção da paz e da coesão social. De acordo com Netto (2001), as bases históricas e políticas do Serviço Social surgiram diante da contradição do capital e trabalho.

A diferença marcante entre as primeiras ações profissionalizadas do Serviço Social é que a caridade e a filantropia, desenvolvidas pela elite para tutelar os desafortunados nas seculares obras sociais, deveriam ser transformadas em ação educativa de ajustamento às relações sociais vigentes, mesmo sendo a tutela vista como um ato de humanismo trazendo os modernos agentes da caridade e da justiça social (Carvalho, 1980).

Posteriormente, o Serviço Social foi se configurando como uma área pragmática da ação governamental voltada para a prestação de serviços, sendo que esta presença, em tese, asseguraria e garantiria a justiça social. Assim, o assistente social caracterizou-se como o profissional que socialmente teve atribuída a função de identificar e categorizar tanto a pobreza quanto a miséria, para que a justiça social se processasse sem favoritismos e de maneira equânime, portanto, afirmou-se como profissão integrada ao setor público, na medida da expansão da ação e do controle do Estado junto a sociedade (Sposati, 2018).

Para Iamamoto e Carvalho (2015, p. 79):

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as seqüelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores.

Essa foi a primeira vez que o Serviço Social focalizou a família, porém seu único objetivo era a reprodução da força de trabalho das indústrias. Os profissionais, naquela época, trabalhavam para amenizar as inquietações dos trabalhadores sem o intuito de resolver seus problemas, mas para evitar o enfrentamento das classes.

A partir da década de 1960, que Santos (2020) afirma ter sido um período marcado por revoluções sociais, políticas e culturais, o Serviço Social começou a sofrer modificações, objetivando romper com a prática alienante tradicional e conservadora. De acordo com Yazbek (2016, p. 24):

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. [...] É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo.

O período ditatorial que a sociedade brasileira vivenciou, iniciado em 1964, criou condições favoráveis ao amadurecimento do Serviço Social. De acordo com Netto e Carvalho (2017, p. 136), “a autocracia burguesa cria os suportes histórico-sociais para a evicção do Serviço Social tradicional”.

Além disso, o processo de renovação do Serviço Social deveu-se também ao “pluralismo teórico, ideológico e político”, que ora se instaurava na profissão, e o movimento advindo de um grupo específico, que primava pela pesquisa e pela investigação dos fenômenos sociais. Também se evidenciou uma interlocução com “o conjunto das ciências sociais”, que contribuiu para a superação da “subalternidade (intelectual)”, que aprisionava a profissão até o momento (Netto; Carvalho, 2017, p. 135).

A partir de 1964, a expansão do sistema de proteção social, caracterizou-se, segundo Draibe e Riesco (2007), por um forte viés clientelista, pelo condicionamento da inclusão aos aspectos seletivos e ao interesse político, favorecidos pela centralização política e financeira no Executivo Federal. O gasto social esteve submetido aos critérios econômicos e financeiros de rentabilidade privada para a alocação de recursos.

Segundo Silva (2001), a legitimação do regime militar se fez especialmente junto às camadas médias e aos assalariados urbanos pela propaganda massiva

acerca do sucesso do milagre brasileiro e a expansão dos programas sociais esteve associada muito mais à criação de bases de apoio político-parlamentar, como uma moeda de troca do que como um processo auxiliar de estruturação de novas formas de relacionamento com os segmentos subalternos.

Houve uma tentativa de reformular a política social com a implementação de vários programas e um exemplo claro é a LBA, que se reestrutura neste período, embora não mude a essência assistencialista emanada de suas ações. Este ímpeto provém da crise do milagre com a desaceleração do crescimento, ampliação das tensões inflacionárias e agravamento da crise cambial, conjuntura esta que conduziu a racionalização dos gastos sociais (Yazbek, 2016).

No final do ciclo autoritário, a agenda reformista foi estimulada pelo agravamento da questão social em virtude do ajuste recessivo e do revigoramento do movimento oposicionista que culminou nas “diretas-já”, sendo que neste período de transição democrática (1985 a 1988), a reforma do sistema de proteção social adquire densidade (Iamamoto, 2018).

Com a recuperação da estrutura federativa do país, após o regime autoritário, procurou-se então ampliar a visibilidade dos mecanismos de tomada de decisão e introduzir a participação da sociedade para aumentar o controle sobre as políticas governamentais e como vimos, a assistência social foi sendo construída visando superar a ajuda voluntária e filantrópica, especialmente porque esta se contrapunha a autopromoção, portanto, tem na sua síntese histórica a conjuntura do processo da história social do país, cujo perfil envolve o cotidiano da vida em sociedade, ou seja, a reprodução de determinado modo de vida de uma parcela da população, identificada, a princípio, como proletariado, visto sua condição de pobreza (Iamamoto, 2018).

Desta forma, Oliveira e Chaves (2017) afirmam que foi no contexto mais ampliado da política social que a forte presença do caráter assistencial trouxe alguns resultados que edificaram formas populistas e ações benevolentes referendando a exclusão social, à medida que mantinham o trabalhador na condição de assistido. Além disto, os benefícios foram efetivados enquanto concessão de privilégios e não como direitos, já que o assistente social foi evidenciado na emergência das ações sociais estatais.

Este caráter emergencial pode ser caracterizado como respostas eventuais e fragmentadas, permeadas por ações compensatórias que, por sua vez, se

encaminharam para a intensificação da seleção de carências na inclusão dos serviços prestados, inclusive favorecendo as justificativas, quando do rebaixamento da qualidade e quantidade dos serviços. Em relação a qualidade dos serviços, Carvalho (1997) chama a atenção para o desafio que esta situação traz, pelo fato da necessidade de conter o caráter de restauradores da cidadania:

Na cultura tutelar reinante em nosso país permanece uma regra difícil de ser eliminada: para pobres bastam programas pobres. É na base desta regra que os serviços e programas assistenciais acabam produzindo ações precárias, pontuais, descontínuas, com péssima qualidade. Nem mesmo conseguem ser compensatórias. (...) Precisam ampliar o leque de opções e escolhas de benefícios/serviços e finalmente ampliar o conceito de mínimos de proteção social. Porque mínimos sociais não podem escorregar para uma opção reducionista (Carvalho, 1997, p. 50-51).

A partir dos anos de 1970, a sociedade global passou a apresentar profundas modificações nas relações de trabalho e nos processos produtivos. Essas mudanças vinculam-se às grandes alterações no padrão de industrialização fordista⁵, nos países centrais. As respostas dadas pelo capital diante da crise foram o neoliberalismo⁶ e a reestruturação produtiva⁷, acarretando profundas mutações no mundo do trabalho, como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, etc.

Por todo este cenário, a caracterização do Serviço Social no Brasil vem sendo dificultada até mesmo pelas condições assumidas no início da profissão, cuja tônica se fez na medida da evolução da questão social e, com isso, acabou incorporando um vasto leque de programas de proteção social à população. Não se pode perder

⁵ O fordismo se caracteriza como um conjunto de princípios desenvolvidos pelo empresário norte-americano Henry Ford, em sua fábrica de automóveis, com objetivo de racionalizar e aumentar a produção. Em 1909, Ford introduz a linha de montagem – uma inovação tecnológica-revolucionária. Os veículos são colocados numa esteira e passam de um operário para outro, para que cada um faça uma etapa do trabalho. A expressão fordismo vira sinônimo de produção em série (Antunes, 2005, p. 74).

⁶ O neoliberalismo se caracteriza como uma medida adotada pelo Brasil em resposta à crise do capitalismo. Essa proposta neoliberal, obedecendo ao receituário do governo americano, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, na busca de realizar um amplo programa de abertura, liberalização e internacionalização da economia, vem se pautando por: privatização; redução da presença do Estado na economia, com investimento público e com déficit público e abertura do mercado interno às importações. O Estado neoliberal, se caracteriza como um Estado que conduz e legitima uma política contrária ao Estado de Bem-Estar, contra a social democracia. A adoção do receituário neoliberal se caracteriza como uma alternativa, ou, uma reação teórica e política, veemente contra o Estado intervencionista de Bem-Estar (Anderson, 2008).

⁷ A reestruturação produtiva também é uma medida adotada pelo Brasil, em resposta a mais uma das crises de acumulação capitalista. Provoca uma redução do trabalho vivo e apesar de levar ao aumento da produtividade, faz diminuir o contingente de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho (Behring, 2018, p. 67)

de vista que estas transformações ocorreram dentro do sistema capitalista, tendo uma relação direta com este (Couto, 2010).

Entretanto, até a década de 1970, os avanços nas mudanças do Serviço Social foram tímidos no que tange a prática profissional tradicional. Na década de 1980, um grupo de profissionais de Serviço Social, respaldando-se na teoria marxista, trouxe uma discussão política e ideológica, em busca de um perfil transformador e crítico. Somado aos movimentos populares que eram contrários ao regime ditatorial e que lutavam por uma sociedade democrática, criando, assim, condições para que surgisse o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, considerado por Souza (2020, p. 296), uma “herança histórica do processo de “renovação” das bases tradicionais da profissão”.

O Projeto rejeita a concepção societária hegemônica e posiciona-se a favor da construção de uma nova ordem sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Tem ainda como princípios, “a defesa dos direitos humanos, a recusa ao autoritarismo e ao preconceito e o reconhecimento do pluralismo” (Sant’Ana, 2000, p. 81).

Segundo Yazbek (2016, p. 26), foi somente a partir de 1980 que a teoria marxista iniciou uma interlocução com o Serviço Social e os avanços alcançados resultaram na reformulação do Código de Ética Profissional do Serviço Social, que, em 1993, passou a ressaltar o comprometimento do profissional com a sua demanda, ou seja, com o usuário.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social tem como objetivo nortear o profissional, principalmente no que diz respeito às contradições nas relações sociais. De acordo com Pontes (2017, p. 19):

O processo de renovação, conhecido como reconceituação, foi aparentemente inaugurado por focos de insatisfação teórico-metodológica com os quadros referenciais, até então hegemônicos na profissão. Convergiam, neste processo, vetores de dissolução dos marcos teóricos vigentes, nos mais diversos planos de existência da profissão, fazendo com que nas agências formadoras, nas instâncias de organização e pesquisa do Serviço Social, se erguessem novas tentativas de fundamentação teórica da profissão.

Assim, o Serviço Social buscou ultrapassar a condição de executor de políticas sociais, assumindo posições de planejamento e gestão dessas políticas, diante de uma conjuntura dominada pela distância entre minorias abastadas e

massas miseráveis, confrontando com transformações na sociedade, sendo desafiado a compreender e intervir em questões emergentes, como a precarização do trabalho, o trabalho infantil, a violência, a discriminação étnico racial, dentre outras comuns à sociedade contemporânea (Yazbek, 2009).

Observa-se, portanto, que desde o seu surgimento até os dias atuais, o Serviço Social vem sofrendo contínuas transformações. Conforme esclarece Falcão e Netto (2017, p. 51), cotidianamente, “sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade”. Entretanto, cabe ressaltar que a profissão ainda guarda traços marcantes de sua origem que em muito contribuíram para a manutenção de algumas características por longas décadas, estigmatizando e subalternizando o Serviço Social em relação às demais áreas da política social.

2.6 COMPETÊNCIAS TEÓRICO-PRÁTICAS DO SERVIÇO SOCIAL

O profissional do Serviço Social possui uma prática teorizada, fundamentada, que envolve categorias, saberes, conhecimento. Nela, as mediações entre a elaboração teórica, a projeção e a intervenção, se dão de maneira complexa, tendo que responder a questões muito concretas, socioeconômicas e políticas de uma sociedade extremamente diversificada. A prática profissional tende a estabelecer conhecimentos únicos, utilizando desenvolvimento teórico e aplicação de tecnologias. O conhecimento teórico-metodológico do Assistente Social é o que o distingue dos outros profissionais e o habilita para atuar diretamente com as demandas trazidas pelos usuários de seus serviços e com as questões sociais (Yazbek, 2009).

Na atual conjuntura, o Serviço Social tem, enquanto princípio ético, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, estando seu projeto ético-político na divergência da atual ordem vigente (Iamamoto, 2021).

De acordo com Aguiar (2012), a questão social é um dos elementos fundantes do Serviço Social, pois estes profissionais trabalham na execução das

políticas sociais públicas que constituem respostas às diversas expressões da questão social, produzidas pela sociedade capitalista.

Por meio de seu conjunto de normas, o Código de Ética estabelece direitos e deveres aos profissionais do Serviço Social, representando para a sociedade um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população, assim como uma forma de legitimação social da categoria profissional. O código representa um instrumento que indica e determina parâmetros para o exercício profissional através de normas e sanções, substanciando a identidade profissional frente à sociedade; considerado, também, um marco valorativo e político para a categoria (Aguiar, 2012).

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2009), o caráter assistencial diz respeito às principais demandas apresentadas aos profissionais de Serviço Social, enquanto a perspectiva socioeducativa refere-se as orientações reflexivas e socialização de informações aos usuários por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas; constituindo-se no principal eixo de atuação do assistente social.

O objeto de trabalho do assistente social é a questão social e sua origem encontra-se fundamentada na contradição que define a sociedade capitalista, com sua produção cada vez mais social; e a apropriação do trabalho, suas condições e seus resultados, cada vez mais privadas. Dessa forma, atua em um espaço de convergência e de contradições, que é a própria sociedade, mediado por interesses contraditórios, onde o profissional, entendendo esse caráter contraditório, busca romper com o fatalismo/pragmatismo (visão determinista da sociedade) ou messianismo/voluntarista (visão heróica da profissão), pois ambas as visões são distorções dos processos sociais e históricos que não reconhecem a realidade do mercado de trabalho (Menezes, 2006).

Neste sentido, ao analisar os caminhos da prática profissional do assistente social, Simionato (1999, p. 89) afirma que estes se defrontam com duas perspectivas teóricas distintas:

A que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e, uma outra, que compreende a ação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e

incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. Para tal, exige-se um profissional com qualificação teórico-crítica e prático-operativa, capaz de intervir sobre e nas demandas imediatas e de construir novas alternativas de ação conectadas aos processos macrosociais que transcendem o horizonte do projeto da pós-modernidade.

Desta forma, compete ao assistente social colocar os reais interesses e necessidades dos usuários dos serviços no centro da discussão, principalmente, por ser um profissional que tem contato com as perspectivas do cotidiano desses usuários, e, por ser mediador entre estes e a instituição, tem como dever ético-político defender que estas demandas sejam atendidas (Menezes, 2006).

Conforme esclarece Pontes (2017, p. 43), o Serviço Social tem como característica primordial:

Ser uma profissão interventiva. Por isso necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional. Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-lo cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais que atuam. Esse enfrentamento exige uma equipagem teórico-metodológica a altura de sua complexidade.

Portanto, é preciso que o profissional, no exercício de sua função, tenha uma visão ampla, que vai além das demandas apresentadas, colocando em prática todo o arcabouço teórico adquirido, buscando sempre o exercício da observação sensível, demonstrando habilidade ao atuar profissionalmente, compreendendo o sentido social do trabalho e a significância da área no conjunto da problemática social, pois o assistente social tem seu perfil profissional envolto pela competência técnica, crítica teórica e compromisso ético-político (Iamamoto; Carvalho, 2015).

Segundo Iamamoto (2006, p. 12):

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

O profissional de Serviço Social tem necessidade de analisar a totalidade para chegar à compreensão da essência. De acordo com Setúbal (2007), o assistente social deve incorporar uma prática profissional analisando a realidade,

observando suas múltiplas determinações e contradições, utilizando o método materialista histórico dialético, baseado em uma visão do todo, que envolve os aspectos culturais, históricos, políticos, sociais e econômicos. Nesse sentido, Fortuna e Guedes (2020, p. 29) afirmam que:

O projeto profissional do Serviço Social requer, fundamentalmente, um projeto ético-político como uma estratégia central para caminhar no campo de objetivação da ética, para apreender as particularidades e contradições da realidade na qual se inscreve tal profissão e, somente aí estabelecer ações concretas. Neste projeto profissional há uma ineliminável direção ético-política, apontando seus princípios no sentido de agregar forças com o coletivo dos/das trabalhadores/as no processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. O esforço para a consolidação desse projeto implica não somente na tomada de consciência do sujeito profissional, mas na compreensão que essa consciência se constrói em meio a determinações sócio-históricas, econômicas e políticas.

A legitimidade do Serviço Social passa, fundamentalmente, pela sua capacidade de responder às necessidades sociais, fonte de sua demanda, que devem ser problematizadas, buscando compreender as mediações que relacionam as necessidades fundamentais do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho. Para tanto, é fundamental que identifique as necessidades dos sujeitos (capital e trabalho) e, a partir do conhecimento dessas necessidades, possa dar conta das requisições postas no seu cotidiano profissional pelo mercado de trabalho.

As demandas com as quais se depara em seu cotidiano profissional são consequência da sociedade capitalista e sua capacidade de resposta para o atendimento dessas demandas está inteiramente ligada ao projeto hegemônico, colocado para a sociedade brasileira nestes últimos anos.

É fundamental que os profissionais tenham clareza dos projetos que estão postos, o que eles significam e suas conseqüências. Isso quer dizer que o assistente social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, pode no seu exercício profissional reforçar o projeto neoliberal com suas políticas seletivas, excludentes e focalistas, que visam ampliar a esfera privada em detrimento da esfera pública, contribuindo para minar os direitos daqueles que demandam seu trabalho para o atendimento de suas necessidades; ou, ao contrário, reforçar o projeto que defende o acesso universal, igualitário, integral e de qualidade das populações demandantes das políticas sociais públicas, contribuindo para que o seu trabalho efetive ações que apontem para o fortalecimento dos sujeitos coletivos dos direitos sociais (Bezerra; Araújo, 2007, p. 207).

Assim, o assistente social atua intervindo entre demandas que resultam das condições de vulnerabilidade da população e aquelas postas pela instituição responsável pela implementação das políticas sociais públicas, que se configuram dentro de uma perspectiva focalista, seletiva e excludente para a prestação dos serviços públicos.

A intervenção do profissional de Serviço Social deve se pautar sempre através de preocupações específicas com a questão ética, direcionando a intervenção para a satisfação das necessidades humanas específicas e para a garantia dos direitos humanos e efetivação da proteção social, trabalhando para o bem estar e realização pessoal dos seres humanos, valores adotados da Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS), a partir de 1993.

Nesse sentido, o Código de Ética do Serviço Social é um marco para a categoria, tendo sido elaborado democraticamente, configurando, mais que um conjunto de normas, um novo perfil profissional, cuja direção social, segundo Miranda e Cavalcante (2005, p. 14):

Fundamentada sob a Teoria Social Crítica, postula o enfrentamento de antigas e novas expressões da questão social através da montagem de estratégias que ampliem os limites impostos à cidadania e democratizem as políticas públicas e seu acesso diante do padrão de acumulação vigente e do modelo de proteção que lhe é inerente. Contudo, para atingir tais objetivos é preciso dirigir não apenas a ética, mas também o conhecimento e o saber profissionais à construção dessas novas estratégias de poder que possibilitem o enfrentamento concreto das desigualdades sociais, entendendo-se que todas as condutas profissionais têm implicações práticas e podem concorrer para distintos projetos e soluções.

Assim, o profissional precisa reconhecer as necessidades e demandas da população atendida, para que seja capaz de propor ações que vão ao encontro dessas demandas, devendo romper com propostas prontas, na tentativa de efetivar o projeto profissional. Para isso, é essencial a sua aproximação dos usuários, pois, segundo lamamoto (2006, p. 34), do contrário,

O assistente social poderá dispor de um discurso de compromisso ético-político com a população, sobreposto a uma relação de estranhamento perante essa população, reeditando programas e projetos alheios às suas necessidades, ainda que em nome do compromisso. [...] é necessário romper as rotinas e a burocracia estéreis [...] para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes de ir além das demandas instituídas.

Dessa forma, o assistente social compromete-se com a qualidade e o alcance dos serviços prestados, assegurando a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da justiça social, articulando teoria e prática em busca de mudanças nas políticas tuteladoras, visando a participação dos usuários como sujeitos políticos e de direito. Tais perspectivas são possíveis apenas no cotidiano profissional, pois é neste espaço que o assistente social pode construir alternativas coerentes ao projeto profissional.

2.6.1 Dimensões que norteiam o Serviço Social

A intervenção profissional é um processo que se constrói sobre uma matriz conceitual que combina pressupostos e categorias teóricas, epistemológicas, ideológicas e éticas. Qualquer intervenção realizada no exercício profissional do assistente social deve ser estabelecida, de acordo com Torres (2016, p. 58), “a partir do entendimento que o profissional apresenta ter das dimensões constitutivas do seu fazer profissional”.

De acordo com Guerra (2023), a articulação entre as três dimensões, que são a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que não existem de forma isolada ou se estruturam hierarquicamente, mas, para que o profissional desenvolva suas competências e atribuições, é necessário que todas elas sejam acionadas.

A dimensão teórico-metodológica se refere àqueles elementos que se tornam teoria social e que formam a base para a leitura e análise das relações sociais. Para Yamamoto (2006, p. 102):

A questão teórico-metodológica refere-se ao modo de ler, interpretar, relacionar-se com o ser social está intimamente entrelaçada com o modo de explicar essa sociedade e os fenômenos particulares que a constituem implica uma apropriação da teoria - uma formação teórico-metodológica e um ângulo de visibilidade na leitura da sociedade - um ponto de vista político que, tomado em si, não é suficiente para explicar o social.

Portanto, a dimensão teórico-metodológica é, em primeira instância, uma questão histórica e ético-política, mediada por determinados elementos ideológicos e filosóficos, que permitem a construção de um quadro referencial para análise das relações sociais. Desse modo, não pode ser compreendida em sua totalidade se não

for colocada à luz das determinações históricas no âmbito da profissão (Guerra, 2023).

Nessa linha, o ponto central para explicar a formação de um determinado fundamento teórico-metodológico no Serviço Social é a ideia de que são resultados sócio-históricos da formação de um determinado projeto societário (o capitalista). Portanto, é possível entendê-los como elementos constitutivos de uma profissão que tem sua gênese e desenvolvimento no quadro das condições de reprodução do capital e suas repercussões na formação de uma determinada institucionalidade estatal (Guerra, 2023).

Na dimensão ético-política do Serviço Social, as normas, valores, tradições e a cultura que os profissionais carregam em sua história pessoal alimentam a sua prática. Por isso, investigar a ética como fundamento da política e como parte do cotidiano dos indivíduos e da sociedade permite tratar e analisar os comportamentos e práticas sociais dos sujeitos profissionais que influenciam os usuários da intervenção profissional e demonstra o tipo de projeto de sociedade que esses sujeitos profissionais definem como orientador da sua atividade profissional (Netto, 2009).

Iamamoto e Carvalho (2015) afirmam que o Serviço Social “é uma profissão que está inserida na divisão social e técnica do trabalho”, o que significa que os profissionais fazem parte de toda a classe trabalhadora que ajuda a pôr em movimento as rodas do capitalismo e, como tal, fazem parte da força produtiva que contribui com as suas ações para o lançamento de formas ideológicas e culturais que reproduzam os valores da ética burguesa, o que obriga a analisar como esses valores envolvem tanto a formação quanto o trabalho profissional.

De acordo com Mattos e Cunha (2020, p. 57):

Essa dimensão possui relação direta com a defesa do atual Projeto Ético-Político da profissão, tendo, portanto, como base central o Código de Ética do(a) Assistente Social e seus 11 princípios, que defendem a liberdade como valor ético central. Esta dimensão refuta o tradicionalismo e a neutralidade.

A dimensão técnico-operativa é entendida como aquela que legitima o valor de uso da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Esta dimensão contém os instrumentos com os quais o Serviço Social se reafirma no cotidiano do trabalho. No espaço institucional, onde esta dimensão é mais visível, se expressa a totalidade

do trabalho profissional, ignorando os elementos, tanto teóricos, metodológicos e ético-políticos, que sustentam o trabalho profissional (Guerra, 2018).

Assim, a dimensão técnico-operativa da profissão desenvolve-se no quadro mais cotidiano dos processos de trabalho, mas isso não implica que contenha apenas expressões da vida quotidiana, pelo contrário, a análise deve buscar a articulação das mediações, uma visão de totalidade (Mioto; Lima, 2009).

A instrumentalidade do Serviço Social não se limita ao desencadeamento de ações instrumentais, à realização de atividades imediatas, mas deve orientar-se para a apreensão da totalidade dos processos. A dimensão técnico-operativa expressa de forma concreta o encontro de interesses institucionais e posições profissionais. Esse encontro pode ser contraditório ou consensual, dependendo do uso da autonomia relativa e do posicionamento político do profissional (Guerra, 2018).

Nesse contexto, Guerra (2023, p. 53) afirma que:

É possível considerar que uma das contradições centrais da nossa profissão está no fato de que como trabalhadoras assalariadas e trabalhadores assalariados nos inserimos em uma relação de compra e venda da nossa força de trabalho, somos contratadas e contratados por uma instituição social pública ou privada, não definimos nosso salário e não temos a posse dos meios de trabalho que utilizamos. Contudo, somos trabalhadoras e trabalhadores intelectuais, temos uma formação de nível superior hegemonicamente crítica, temos um Código de Ética, princípios e valores a serem respeitados, enfim, temos um projeto profissional que possui uma direção ético-política que questiona, problematiza, resiste e enfrenta a sociedade capitalista.

Compreende-se que é desta competência que pode surgir nos profissionais a necessidade de sublinhar e reconhecer as contradições e conflitos da sociedade, evidenciando os pressupostos que determinam a possibilidade de mudanças, considerando a transformação como uma verdadeira possibilidade articulada às forças sociais dentro da sociedade (Mattos; Cunha, 2020).

2.7 INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS

A partir da década de 1990, o Serviço Social passou a contemplar um conjunto de novos valores que lhe dão um norte e priorizam suas competências técnicas, críticas e teóricas e os seus compromissos ético-políticos para formar

profissionais capazes de desvendar as mais diversas faces da questão social (Yazbek, 2009).

Nesta década, com a Lei Orgânica da Assistência Social, o Serviço Social ultrapassou a condição de executor de políticas sociais, assumindo posições de planejamento e gestão dessas políticas, diante de uma conjuntura “dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis”, confrontando com transformações na sociedade, sendo desafiado a compreender e intervir em questões emergentes, como a precarização do trabalho, o trabalho infantil, a violência, a discriminação étnico racial, dentre outras comuns à sociedade contemporânea (Yazbek, 2009, p. 11).

Em 2006, a Resolução CNAS nº 269 aprovou a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), onde foram definidas as diretrizes e parâmetros para a organização do trabalho na assistência social, bem como a composição das equipes de referência, compostas dentre outros profissionais, por assistentes sociais (Brasil, 2006).

A participação dos assistentes sociais nestas equipes impulsionou e ampliou os espaços de trabalho desses profissionais. Entretanto, para Raichelis (2011), a concretização da forma de ingresso e garantias institucionais para a execução do trabalho ainda são considerados desafios.

O SUAS demanda a presença do assistente social para que possa, a partir de uma análise crítica da questão social, implementar ações, a fim de impactar positivamente a vida da população atendida. Nesse sentido, Raichelis (2010, p. 751) ressalta que:

Ainda que a política de assistência social seja um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui historicamente como uma das principais mediações do exercício profissional dos assistentes sociais, sendo reconhecidos socialmente (e se autorreconhecendo) como os profissionais de referência desta política, apesar das ambiguidades que cercam essa relação de longa data.

Nesse contexto, é preciso que o profissional, no exercício de sua função, tenha uma visão ampla, que vai além das demandas apresentadas, colocando em prática todo o embasamento teórico adquirido, buscando sempre o exercício da observação sensível, demonstrando habilidade ao atuar profissionalmente, compreendendo o sentido social do trabalho e a significância da área no conjunto da

problemática social, pois o assistente social tem seu perfil profissional envolto pela competência técnica, crítica teórica e compromisso ético-político (Iamamoto, 2006, p. 32).

Por meio de seu conjunto de normas, o Código de Ética de 1993 estabeleceu direitos e deveres aos profissionais do Serviço Social, representando para a sociedade um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população, assim como uma forma de legitimação social da categoria profissional. O código representa um instrumento que indica e determina parâmetros para o exercício profissional através de normas e sanções, substanciando a identidade profissional frente à sociedade, considerado, também, um marco valorativo e político para a categoria (Aguilar, 2012).

O assistente social não pode pensar sua intervenção como se fosse independente das instituições às quais se vinculam, na condição de funcionário do Estado, no exercício da profissão, podendo contribuir para modificações do conjunto de relações entre usuário e instituição, permitindo uma atuação em favor dos interesses populares, na medida em que entenda as contradições entre a sociedade que representa e a cultura da clientela. Nesse sentido, Oliva (1987, p. 17) afirma que:

A prática na instituição é limitada pela burocracia que constitui mecanismo de controle do estado e contribui para a distorção dos objetivos profissionais, sendo menos orientada para as necessidades da clientela do que para as metas da organização. Desse modo, a prática profissional é tomada, em si mesma, como produto técnico e não como processo político.

O profissional não pode, portanto, ter apenas uma análise da realidade, sendo necessário que a prática seja pensada e avaliada. Para que tal ocorra, é necessário que o assistente social faça a leitura da realidade, suas possibilidades e limitações, causas e consequências, reações e oposições, ou seja, que conheça a realidade do usuário, para que, assim, possa trabalhar a sua necessidade.

Repensar a cidadania neste contexto é uma tarefa essencial para o Serviço Social, na medida em que a Assistência Social é o canal através do qual fluem programas compensatórios, além de serviços sociais, sendo uma política que chega à pobreza, tomando a forma de tratamento destinado aos excluídos.

O Serviço Social, como mediação, está diretamente colocado na relação do Estado com os setores excluídos e subalternizados da sociedade, onde através da

intervenção intermediadora transita no campo das políticas sociais e assistenciais, concretizando a tarefa reguladora do Estado na vida social, tendo como uma de suas atribuições selecionar o grau de carência da demanda para incluí-la ou não nos serviços ou bens ofertados pelos programas sociais. Para Sposati (2018, p. 46),

Atestar o grau de carência passa a ser uma preocupação básica. É ela o passaporte para o ingresso no aparato das exigências institucionais. E aqui reside, inclusive, uma das funções persistentes dentre as atribuições dos assistentes sociais – a triagem socioeconômica. O assistente social é profissional legitimado para atribuir o grau de carência do candidato a usuário e o Serviço Social é a tecnologia que dá conta da racionalidade desse processo.

Segundo Martinelli (2007) a prática social é articulação de saberes, construída coletivamente em busca de objetivos socialmente determinados, não havendo deste modo, prática pronta e neutra. Constitui-se também em uma prática educativa, pois parte da possibilidade do diálogo e da construção partilhada, além de ser uma prática política, que parte de uma teleologia construindo com a população usuária mediações para atingi-la, assumindo plenamente a sua vocação social e compromisso político.

2.8 DESAFIOS À PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Ao discorrer sobre os desafios do exercício profissional do assistente social, lamamoto (2021, p. 59) afirma que,

O Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária. Dessa forma, o exercício da profissão prevê competências teórico-práticas, ético-políticas, técnico-operativas para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. É ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem executadas.

Portanto, para lamamoto (2021), o assistente social é o articulador da população aos órgãos em que trabalha. Sendo o mediador na relação entre o usuário e a instituição, onde busca cumprir os objetivos previstos nos programas

institucionais, buscando também identificar os interesses das classes subalternizadas com as quais trabalha.

É através das relações construídas com o assistente social, que o usuário dos serviços assistenciais aprende a se relacionar com as instituições e com seus quadros profissionais, entendendo suas proposições e limites. Muitas vezes, o assistido consegue distinguir a assistência do profissional da assistência social, fonte de suporte e apoio no enfrentamento das situações adversas que vivencia, individual ou coletivamente (Yazbek, 2016).

Ainda segundo Yazbek (2016, p. 155):

Apesar da pouca efetividade que se contata nas ações de enfrentamento à pobreza e do caráter compensatório dessas diante das demandas das classes subalternas, os serviços assistenciais são muitas vezes um espaço de reconhecimento de seus usuários na sociedade. Reconhecimento que, contraditoriamente, revela o lugar social dos que se situam na sociedade exatamente por sua exclusão e subalternidade.

Nesse contexto, é necessária uma atuação crítica e competência teórica dos assistentes sociais, de modo que possam desmistificar o cotidiano e suas relações pela sociedade capitalista, buscando, através da reflexão ética, construir estratégias que superem os limites impostos à cidadania, tendo como objetivos a justiça social e a democracia.

Iamamoto (2021) destaca como um dos maiores desafios para o profissional de Serviço Social o “desenvolvimento de sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes do cotidiano”. Para tanto, exige-se hoje:

Um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (Iamamoto, 2021, p. 113).

Ao recorrer ao assistente social, o usuário espera que o profissional seja capaz de construir respostas que dêem conta de sua necessidade, mesmo aquelas de caráter imediato como a dificuldade de acessar os serviços, como também, a busca por informações e demais orientações.

Nesse sentido, cumpre ao assistente social constituir o espaço público de reconhecimento e pertencimento social dos usuários, além de instância em que os interesses e projetos são reconhecidos como demandas legítimas, contribuindo assim de forma a garantir a efetivação de políticas públicas nos serviços de assistência social.

Sendo assim, um dos maiores desafios que permeiam o exercício profissional, para ir além da fundamental análise da realidade social no qual se insere o sujeito com o qual se trabalha, é a criação de alternativas de intervenções exequíveis, sendo necessário ao assistente social ampliar, não somente o seu referencial teórico, mas principalmente o seu referencial técnico-operativo para a execução de ações competentes e que possam efetivar, concretizar e preservar direitos sociais.

Assim, é importante considerar as condições e relações de assalariamento em curso no mundo do trabalho em suas tendências globais. De acordo com Abilio (2020, p. 112), o processo de uberização atual tem sido um traço marcante na atualidade, afirmando que:

A uberização do trabalho define uma tendência em curso que pode ser generalizável pelas relações de trabalho, que abarca diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento, condições de trabalho, em âmbito global. Derivado do fenômeno social que tomou visibilidade com a entrada da empresa Uber no mercado, em realidade o termo uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho.

A partir do processo de uberização, portanto, o trabalho regulamentado por meio de vínculo formal perdeu força para dar lugar ao trabalho sem garantias, com desregulamentação da proteção, constituindo a precarização do trabalho, expressa nas jornadas, salários, meios de contratação, dentre outras.

No que se refere aos assistentes sociais, Camargo (2021) ressalta que estes profissionais também vêm sofrendo mudanças, não somente relacionadas ao aumento da demanda, mas também pela intensa precarização das relações e condições de trabalho, com novas formas de contratação, escassez de recursos, precariedade das políticas sociais e das instalações físicas onde atuam. Camargo (2021, p. 504) observa, ainda, que “dentre todos os processos que interpelam o Serviço Social no mercado de trabalho, cabem destacar, também, os impactos

dessas condições na saúde do trabalhador”.

A precarização do trabalho do assistente social é um fenômeno preocupante que afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados e as condições de vida e de trabalho dos profissionais. Essa precarização ocorre em diversas formas e reflete a desvalorização tanto do trabalho social quanto dos direitos sociais que o sistema visa garantir. Muitos assistentes sociais são contratados por meio de vínculos precários, como contratos temporários, terceirizações, ou mesmo vínculos sem garantias de estabilidade. Isso resulta em uma maior rotatividade, falta de continuidade no trabalho com os usuários e insegurança no emprego (Raichelis; Arregui, 2021).

A remuneração dos assistentes sociais, em diversas regiões e instituições, está muito abaixo do que seria adequado para o nível de responsabilidade e complexidade das tarefas desempenhadas. A desvalorização salarial agrava as condições de vida desses profissionais e pode gerar insatisfação, desmotivação e sobrecarga emocional (Camargo, 2021).

A falta de financiamento é outro desafio que tem se mostrado importante para a viabilização do trabalho do assistente social junto à população vulnerabilizada. A partir de 2016, o Brasil passou por um processo significativo de desmonte de políticas públicas, que coincidiu com a crise política e econômica do país, agravada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A transição para o governo de Michel Temer e, posteriormente, para o governo de Jair Bolsonaro, marcou um reposicionamento das prioridades estatais, com forte ênfase em medidas de austeridade fiscal e redução do papel do Estado (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019).

Houve cortes sucessivos nos orçamentos destinados a programas de assistência, como o SUAS, prejudicando o atendimento a populações em situação de vulnerabilidade, como idosos, pessoas com deficiência e famílias de baixa renda. De acordo com Mandu e Azevedo (2024, p. 8):

Esse contexto é agravado no governo Bolsonaro, que durante a sua gestão intensifica o movimento de desfinanciamento do Suas e de atraso nos repasses. Em 2018, a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) demonstrou uma redução de 99% dos recursos da Política de Assistência Social, caindo de uma previsão de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,4 milhões.

O desmonte das políticas sociais e a crise econômica resultaram em aumento da pobreza, fome e desemprego. A desigualdade social se intensificou, com os mais

vulneráveis sendo os mais afetados, marcando um retrocesso nas conquistas sociais das décadas anteriores e fragilizando a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento econômico e social de forma equitativa (Lima Sobrinho, 2024).

A pandemia de COVID-19 no Brasil, a partir de 2020, expôs e agravou o processo de desmonte das políticas públicas, ocasionando um impacto profundo em diversas áreas e na capacidade de resposta do Estado à crise sanitária e econômica, o que foi sentido profundamente pela população mais vulnerável (Boschetti; Behring, 2022).

Antes da pandemia, o Bolsa Família já vinha sofrendo com a redução do número de beneficiários e cortes orçamentários. Com a crise sanitária e o aumento do desemprego, o programa teve sua eficácia limitada. O Auxílio Emergencial, criado durante a pandemia, foi uma medida paliativa, mas sua redução progressiva em 2021 deixou milhões de brasileiros sem uma rede de proteção adequada. Sem uma política robusta de assistência social e com o aumento da fome, o país registrou, em 2021, o retorno de milhões de brasileiros à pobreza extrema e à insegurança alimentar.

Quando a pandemia chega ao Brasil, encontra um país com 12,6 milhões de desempregados (as). Esse dramático número encobre a condição de desigualdade de gênero e raça que atinge as mulheres e negros (as). Entre os (as) desempregados(as), 64,8% são pretos e pardos, conforme designação da PNAD/IBGE, enquanto os(as) que são brancos(as) correspondem a 34,2%. As mulheres são a maior parte (64,7%) da força de trabalho e também são maioria entre a população sem emprego — 53,8%. A taxa de desemprego entre as mulheres foi de 13,1% contra 9,2% entre os homens. O nível da ocupação dos homens foi de 65%, enquanto o das mulheres foi de 46,2% (IBGE, 2019). Assim, as mulheres negras compõem a principal força de trabalho desempregada, precarizada e com baixos salários, o que revela a natureza estruturalmente racista e patriarcal do capitalismo brasileiro (Boschetti; Behring, 2021, p. 74).

Esta conjuntura acarretou imensos desafios aos assistentes sociais, que se depararam com uma demanda de trabalho acima de sua capacidade, ao mesmo tempo que as políticas existentes estavam subfinanciadas ou suspensas por falta de recursos. Nesse contexto, Fabiano e Borges Filho (2024, p. 22) afirmam que:

Esses profissionais enfrentam desafios contínuos, como a falta de estrutura, demandas imediatas e pressões burocráticas. A diversidade dos trabalhadores no Suas, embora traga uma riqueza de experiências, também enfrenta problemas relacionados à formação e às condições de trabalho discrepantes.

Outro desafio se refere ao contingente insuficiente de profissionais necessários para o atendimento à população, o que agrava a situação, diante da alta demanda por atendimento, gerando impactos consideráveis na população. Esta situação tem sido gerada pelos cortes orçamentários e a política de austeridade fiscal, limitando a contratação de novos assistentes sociais e outros profissionais da assistência social, mesmo com a crescente demanda. Mandu e Azevedo (2024, p. 12) ressaltam que:

Muitos municípios ainda têm como referência as equipes mínimas nos seus equipamentos e não avançam na ampliação dessas equipes, proporcionando um trabalho precário e adoecedor para os que são superexplorados por seus empregadores. A equipe mínima e essa redução de trabalhadores no atendimento às necessidades sociais fazem parte de uma lógica neoliberal, que reestruturou as relações de trabalho, aumentando a pressão sobre os trabalhadores e fazendo com que a intensificação do seu trabalho fosse cada vez maior

Portanto, os assistentes sociais enfrentam salários baixos, alta carga de trabalho e falta de condições adequadas de infraestrutura para realizar seus atendimentos, o que acarreta consequências não apenas para a população vulnerabilizada, mas também contribui para a saúde física e mental dos profissionais.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os principais desafios percebidos pelos assistentes sociais no município de Bom Jesus do Norte, no estado do Espírito Santo, para a efetivação das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever sócio historicamente a dinâmica de formação da Política de Assistência Social no contexto brasileiro;
- b) Descrever sobre o lugar ocupado pelo profissional do Serviço Social no SUAS, buscando analisar as atribuições profissionais do assistente social na garantia de direitos;
- c) Descrever como o ideário neoliberal influencia o posicionamento do Estado no processo de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil e os impactos sobre o exercício profissional do assistente social nesta política, identificando os principais desafios desses profissionais.

4 MÉTODOS

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de natureza qualitativa, onde foram entrevistadas quatro assistentes sociais de um município da Região Sul do Espírito Santo.

Estudos exploratórios auxiliam na obtenção de informações para realizar uma investigação mais completa num determinado contexto, a investigar novos problemas, e se destinam a aumentar o grau de familiaridade com fato relativamente desconhecido, obter informações sobre a possibilidade de realizar uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real, investigar problemas de comportamento humano que são considerados cruciais pelos profissionais de determinada área (Gil, 2010).

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), o estudo descritivo permite detalhar como são e como se manifestam alguns fenômenos, situações, acontecimentos ou contextos e buscam especificar as propriedades, características e perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que seja submetido a análise. Procuram especificar propriedades importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno analisado.

A abordagem qualitativa é utilizada para analisar, explicar ou perceber os fenômenos e tenta explicar os acontecimentos em relação aos significados que os indivíduos lhes atribuem. O objetivo da pesquisa qualitativa é compreender a realidade social de indivíduos, grupos e culturas o mais próximo possível da forma como seus participantes a percebe ou vivencia. Desta forma, indivíduos e comunidades são estudados nos seus ambientes naturais (Gil, 2010).

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada com quatro dos cinco assistentes sociais que atuam na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos do município de Bom Jesus do Norte, localizado na Região Sul do estado do Espírito Santo. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos tem por finalidade coordenar a implementação das políticas

sociais de Bom Jesus do Norte. Estão sob a responsabilidade da pasta os serviços, programas, projetos e benefícios que visam promover a seguridade e o bem-estar social no município, assim como a execução do Sistema Único de Assistência Social(SUAS) e o cadastro em programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada(BPC).

A economia municipal se baseia no cultivo de café, extração mineral e na pecuária leiteira. A agricultura familiar é predominante, com cerca de 60% dos estabelecimentos rurais são pequenas propriedades (ISJN, 2019).

O município está situado no extremo sul capixaba, fazendo divisa com o estado do Rio de Janeiro e possuindo uma população de 10.254 habitantes, com índice de desenvolvimento humano de 0,734, considerado alto, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Entretanto, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (ISJN, 2019), entre os anos de 2015 e 2019, 1.220 pessoas viviam em situação de extrema pobreza, com rendimentos mensais inferiores a R\$89,00. Portanto, trata-se de uma população que necessita de assistência e das políticas públicas existentes, devido à sua vulnerabilidade social.

4.3 AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi composta por quatro assistentes sociais que atuam no SUAS, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos do município de Bom Jesus do Norte-ES.

4.3.1 Critérios de Inclusão

Foram incluídos todos os profissionais que estavam atuando no SUAS há pelo menos seis meses e que aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.3.2 Critérios de Exclusão

Foram excluídos os profissionais que estavam afastados do trabalho e aqueles que não compareceram à entrevista por duas vezes seguidas.

4.4 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, a fim de responder à pergunta norteadora deste estudo, foi realizada uma entrevista com roteiro (apêndice A) para análise do perfil e identificação dos entrevistados e perguntas estruturadas sobre a prática profissional dos assistentes sociais do município investigado, onde se buscou verificar os principais desafios relacionados à efetivação das políticas públicas referentes ao SUAS. As entrevistas foram realizadas individualmente, em espaço que garantia a privacidade dos entrevistados, com tempo estimado de 30 minutos.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio de análise temática, a fim de identificar e descrever os desafios do assistente social no SUAS. A análise temática é um tipo de análise qualitativa utilizada para identificar e analisar classificações e apresentar temas (padrões) que se relacionam com os dados. Portanto, se refere a uma forma de reconhecimento de padrões que envolve a identificação de temas centrais por meio da leitura cuidadosa e releitura do material (Braun; Clarke, 2006).

Semelhante a outras abordagens dentro das ciências sociais, extrai significado dos dados e abrange a localização, a nitidez, o registro e/ou a avaliação de temas recorrentes. Envolve também a codificação de dados qualitativos em grupos de entidades semelhantes ou categorias conceituais e a identificação de padrões e relacionamentos consistentes entre temas, de modo a chegar a uma explicação teórica do fenômeno em estudo (Braun; Clarke, 2006).

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

O acesso da pesquisadora aos profissionais foi autorizado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos do município de Bom Jesus do Norte-ES, via Declaração de Anuência, e em todas as etapas da pesquisa foram respeitadas as normas estabelecidas nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, e a inclusão dos participantes só ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A

pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da EMESCAM, por meio do Parecer nº 6.727.239.

Segundo a Resolução nº 510/2016, toda pesquisa que utiliza seres humanos em sua realização envolve risco em tipos e gradações variados. Nesta pesquisa, o risco esteve associado à possibilidade de quebra de confidencialidade dos dados. Isso foi minimizado mediante o compromisso formal do pesquisador de não divulgar as informações obtidas a não ser na apresentação dos resultados, preservando o sigilo e os nomes dos entrevistados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas realizadas junto às assistentes sociais do município foram realizadas presencialmente onde, em um primeiro momento, se buscou traçar o perfil profissional das mesmas. Em seguida, foram feitas perguntas voltadas à sua prática profissional, a fim de verificar os desafios encontrados em sua atuação junto à população assistida. No total de 5 assistentes sociais, 4 profissionais se dispuseram a responder às perguntas da entrevista.

Vale esclarecer que cada assistente social será representada neste estudo por um sentimento que, em nossa concepção, reflete as percepções e sentimentos que perpassam o trabalho desta profissão, bem como as expectativas de futuro: Esperança; Perseverança; Empatia e Coragem são os nomes atribuídos a estas assistentes sociais, respeitando-as pela não identificação de suas identidades.

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Em relação à idade, a média foi de 40,5 anos (38-43), com tempo médio de atuação de 15,5 anos (12-20) (não apresentado na tabela). Todas são do sexo feminino (100%) e possuem especialização, sendo citadas as áreas de Gestão Pública, Gestão em Saúde e Instrumentalidade.

Quanto à área de atuação, 1 (25%) atua na gestão da assistência social, 2 (50%) no Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF) e 1 (25%) no Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Em relação à forma de contratação e carga horária semanal, 3 (75%) atuam por meio de processo seletivo, com carga horária de 30 horas e 1 (25%) é concursada, com carga horária de 20 horas semanais.

As variáveis pesquisadas para a identificação profissional estão apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 - Perfil profissional das assistentes sociais

| Variável | n = 4 | % |
|-------------|-------|-----|
| Sexo | | |
| Feminino | 4 | 100 |
| Masculino | 0 | 0 |

| Especialização | | |
|-----------------------------|---|-----|
| Lato senso | 4 | 100 |
| Área de atuação | | |
| Assistência social | 1 | 25 |
| PAIF | 2 | 50 |
| PAEFI | 1 | 25 |
| Carga horária | | |
| 30 horas | 3 | 75 |
| 20 horas | 1 | 25 |
| Forma de contratação | | |
| Processo seletivo | 3 | 75 |
| Concurso | 1 | 25 |

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Em relação ao sexo, a análise dos dados é semelhante aos resultados obtidos pelo CFESS (2022), onde foi constatado um percentual de 92,92% dos profissionais do sexo feminino. Todas as profissionais possuem pós-graduação *lato sensu*, mostrando que ainda não tiveram acesso, ou condições financeiras, para buscar cursos de mestrado e doutorado.

No mesmo estudo, foi constatado que 34,75% dos assistentes sociais haviam ingressado no serviço público mediante concurso (CFESS, 2022), enquanto, nesta pesquisa, o percentual foi inferior, com 25%. Observou-se também uma relação positiva entre vínculo empregatício e jornada de trabalho.

5.2 RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Primeiramente, foi indagado em quais políticas públicas as profissionais trabalham em sua área de atuação, onde afirmaram atuar na proteção social básica e na proteção especial de média e alta complexidade que, conjuntamente, integram a seguridade social.

Enquanto componente da Seguridade Social, a assistência social deve funcionar como uma rede de proteção impeditiva da pobreza extrema, prevenindo situações de vulnerabilidade e riscos sociais que representam ameaças para vários segmentos sociais. No entanto, apesar de ter adquirido status de política pública, regulamentada em lei, ainda encontra forte resistência à sua efetiva implementação no campo da proteção social brasileira (Couto, 2010).

5.3 INTERVENÇÕES E DEMANDAS DA PROFISSÃO

Solicitadas a descrever suas principais intervenções no cotidiano do trabalho para viabilizar o atendimento à comunidade, as respostas estão apresentadas a seguir.

Esperança: Atendimento individual e de grupo, promovendo o acesso e a inclusão do usuário no mundo do trabalho e atendimento de benefício eventual.

Perseverança: Acolhida, escuta, visita domiciliar, onde se busca entender as vivências para refletir sobre a melhor forma de intervenção.

Empatia: Serviço de atendimento e escuta da comunidade, por meio do acesso aos benefícios eventuais e serviços sociais, para garantir os direitos dos que vivem em vulnerabilidade social.

Coragem: Entrevista, visita domiciliar, acolhimento social, atendimento social, trabalho em grupo e reuniões. Atuamos principalmente na orientação, na concessão de benefícios eventuais, relativos à vulnerabilidade social, em casos de calamidade, em visitas de nascimento e morte, com políticas voltadas à política de habitação. Também desenvolvemos atividades relacionadas ao planejamento e custeio e políticas públicas, operacionalização das ações dos Conselhos de Direitos (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho do Idoso e Segurança Alimentar).

Observa-se, nas falas das assistentes sociais da amostra, que as atividades descritas fazem parte do instrumental técnico-operativo dessas profissionais, que se refere ao conjunto de ferramentas, métodos e técnicas que utilizam para efetivar suas intervenções no campo da prática social, ou seja, são os meios de trabalho adotados. Esses instrumentos são fundamentais para o cumprimento das atribuições e responsabilidades do assistente social, articulando sua prática com os princípios éticos da profissão, especialmente no que diz respeito à promoção de direitos e à garantia de acesso a políticas públicas, utilizando-os de acordo com a necessidade de atendimento que se apresenta (Oliveira; Pires; Batista, 2018).

Cabe destacar que, além dos instrumentos técnico-operativos, acolhimento, escuta e concessão de benefícios, a profissional Coragem apontou a operacionalização dos Conselhos de Direitos, atuação considerada por Bravo (2008), como essencial para o fortalecimento da democracia participativa, para a promoção de políticas públicas efetivas e para a defesa dos direitos humanos.

Os Conselhos de Direitos, como o Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e outros, são instâncias de controle social e participação democrática. O assistente social, ao atuar nesses espaços, exerce um papel fundamental no assessoramento, monitoramento e implementação de políticas públicas, especialmente no que diz respeito à proteção e promoção de grupos em situação de vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, dentre outros.

A assessoria às instâncias públicas de controle democrático articulada aos movimentos sociais é um espaço de trabalho em que os assistentes sociais podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, da socialização da política e tendo no horizonte a emancipação humana (Bravo, 2008, p. 32).

Ao serem indagadas sobre as principais demandas da profissão, foram obtidas as seguintes respostas:

Esperança: Acompanhamento das famílias em vulnerabilidade, com o objetivo da inclusão no mercado de trabalho.

Perseverança: Violência doméstica, negligência, violação de direitos, gestão de benefícios e benefícios eventuais.

Empatia: Acompanhar as famílias, buscando amenizar as vulnerabilidades sociais vivenciadas, para impedir o rompimento dos vínculos familiares.

Coragem: Demandas relacionadas ao atendimento de idosos, gestantes, mulheres vítimas de violência, habitacional, por benefícios eventuais, demandas relacionadas à garantia de direitos de pessoas em vulnerabilidade social, execução de campanhas que atuam na prevenção de riscos sociais.

O município de Bom Jesus do Norte, apesar de possuir um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,734, considerado alto, apresenta uma distribuição desigual de riqueza, possuindo 33,6% da sua população com rendimento mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IBGE, 2023). Além disso, sofre constantemente com enchentes, que alagam o bairro mais populoso do município, o que acarreta ainda mais demandas para a assistência social, que necessita cadastrar e acompanhar as famílias atingidas, a fim de fornecer abrigos temporários e recursos materiais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em setembro de 2024, Bom Jesus do Norte possuía

3.569 famílias inseridas no Cadastro Único (CadÚnico), com um total de 3.752 famílias com renda mensal de até ½ salário mínimo. Entretanto, o município não estava elegível para receber repasse do Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS), por não ter cumprido o critério do artigo 7 § 4º, da Resolução MDS nº 995/2024, que determina:

Os estados, os municípios e o Distrito Federal terão doze meses a partir do mês de repasse da parcela do exercício corrente, para executar no mínimo 80% da soma do valor repassado mais o saldo existente nas contas no mês anterior ao repasse, sob pena de diminuição de repasses posteriores, conforme ato complementar a esta Portaria (Brasil, 2024).

5.4 FATORES INTERVENIENTES NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Ao serem questionadas sobre os principais fatores que interferem na sua atuação como assistente social, as profissionais deram as seguintes respostas:

Esperança: Falta de comprometimento do usuário e demanda excessiva.

Perseverança: Fatores socioeconômicos e políticos.

Empatia: Muita demanda de trabalho e falta de conhecimento do Serviço Social.

Coragem: Durante o nosso trajeto, já passamos por vários fatores que interferiram no nosso “fazer profissional”, desde o “primeiro-damismo”, a falta de recursos materiais e humanos, o acúmulo de trabalho, pois temos ações pertinentes à gestão, porém não somos liberados do atendimento ao público, o que acaba por sobrecarregar o profissional. A questão político partidária também nos dificulta muito, pois, em geral, somos subordinados à gestão de pessoas que desconhecem o nosso saber profissional, a política da assistência social e principalmente que nos enxergam como meros executores de assistencialismo. Vários problemas, principalmente com o Poder Legislativo, que desconhece os serviços tipificados na política de assistência social e se julgam competentes para nos cobrar funções que não nos competem. Somos encarados como “milagrosos”, “bonzinhos”, que vão ajudar a resolver os problemas mais diversos. O convívio com uma população vulnerável que, em muitas vezes, nos trazem demandas que não são compatíveis com nossa prática profissional e, em muitas situações, já trazem uma agressividade que conseguimos contornar, mas que acabam por nos fragilizar devido à sua constância, comprometendo nossa saúde mental. Também enfrentamos problemas com profissionais do Serviço Social, que estão sendo colocados no mercado sem a formação necessária. Uma ampla oferta de cursos que, em sua maioria à distância, que jogam pessoas no mercado de trabalho, que desconhecem toda a prática e trajetória profissional de um assistente social e, por desconhecimento, prejudicam muito nossa prática e comprometem nossa credibilidade junto à sociedade, pois atuam pelo senso comum, como se qualquer profissional de nível técnico pudesse atuar como assistente social. A falta de um piso salarial definido nos expõe a situações rotineiras de precarização das relações de trabalho, nos forçando a atuar em mais

frentes de trabalho para manter nossa subsistência, o que gera mais sobrecarga de trabalho e de transtornos emocionais e psicológicos, que nos fragilizam enquanto seres humanos.

É possível observar que as respostas das entrevistadas Perseverança e Empatia são bastante genéricas, não se atendo, de fato, aos fatores, enquanto Esperança onera os próprios usuários como fator que interfere em sua prática. Talvez, tais respostas estejam relacionadas ao receio relatado anteriormente, devido a serem contratadas.

Em relação à resposta de Esperança, de acordo com Pereira e Guaresch (2014, p. 21), por vezes, o próprio assistente social coloca o usuário em um lugar de subalternidade, desvalorizando seus comportamentos e saberes.

É comum encontrar profissionais que, ao mesmo tempo em que defendem direitos, têm dificuldades para trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade, pois avaliam que essas, ao invés de se comportarem como “deveriam”, burlam ou resistem às normas dos serviços, às condicionalidades de programas e às intervenções profissionais.

Diferente das demais respostas, Coragem, servidora efetiva, foi bastante elucidativa sobre os problemas que o assistente social enfrenta no seu cotidiano de trabalho, sendo concordante com estudos já realizados na área.

Em relação ao primeiro-damismo, Medeiros (2019, p. 316) afirma que esta cultura assistencialista, clientelista e caritativa não deixou de existir após a criação do SUAS, ao contrário, esta prática foi legitimada e reatualizada “a partir de um fator novo que não era determinante em períodos anteriores: o perfil profissional da primeira-dama”, pois aumentou o número de primeiras-damas graduadas em Serviço Social. Esta situação leva a outro problema citado por Coragem, que é a questão político-partidária, que faz uso político-eleitoral dos programas assistenciais, especialmente porque não são benefícios contínuos e possuem oferta personalizada e discricionária (Eiró, 2023).

Cabe ressaltar que em municípios pequenos, com um grande contingente de habitantes em situação de vulnerabilidade, como é o caso deste estudo, estas situações se tornam muito presentes no cotidiano do trabalho do assistente social, havendo uma cobrança direta, inclusive do Poder Legislativo, como Coragem relatou.

A sobrecarga de trabalho burocrático foi outra preocupação relatada nesta pesquisa. Sobre esta questão, Mioto e Nogueira (2013, p. 66) afirmam que:

Cada vez mais se observa os assistentes sociais envolvidos nas tarefas de alimentação dos sistemas de informações e no desenvolvimento de ações prescritas no nível da administração central e menos concentrados na realização de um processo interventivo que busque responder as necessidades postas pelos seus usuários no contexto das realidades locais.

Outro fator citado por Coragem se refere à formação dos profissionais de Serviço Social que, a seu ver, não é suficiente e adequada para atuar de forma qualificada junto aos usuários. Sobre esta temática, Medeiros (2019) afirma que a proposta de democratizar o acesso ao ensino superior foi acompanhada de um processo de privatização e precarização, com aumento expressivo da oferta de vagas de cursos à distância, alinhados aos interesses privados, comprometendo seriamente a formação dos futuros profissionais.

Segundo Duarte *et al.* (2020, p. 250), em relação ao Serviço Social, é possível observar o processo de precarização dos cursos no:

a) aligeiramento da formação profissional com o EaD, especialmente pelo crescimento dos cursos privados, dificultando o acesso dos estudantes a uma educação que contenha pesquisa e extensão, com incentivo à capacidade investigativa e propositiva que fuja das respostas imediatas indicadas pelo mercado; b) incidência determinante do mercado no ensino, na pesquisa e na produção do conhecimento, além de comprometer a formulação de questões (e a busca por respostas) que atinjam a coletividade e que afligem de fato a classe trabalhadora; c) tendência de descaso com o rigor teórico metodológico/científico diante do estímulo à imediatividade posta como realidade, desqualificando a distinção fundamental entre aparência e essência; d) formação voltada para o fornecimento imediato de mão de obra necessária à reprodução do capital, em detrimento da educação como possibilidade também de desenvolvimento de capacidades humanas e que pense a sociedade e seus problemas de forma crítica; e) estímulo a um perfil profissional que não preze pelo conhecimento crítico que garanta o entendimento da complexidade da realidade social e das profissões nela inserida.

Confirmando esse cenário, Maciel (2020) constatou que, no país, 451 instituições oferecem o curso de Serviço Social e destas, somente 72 são públicas, havendo 418 que oferecem a graduação na modalidade à distância. Enquanto isso, as universidades federais vieram sofrendo constantes cortes de recursos, desmontes e ataques nos últimos anos, especialmente nas ciências humanas e

sociais, o que contribui ainda mais para um comprometimento da formação, o que resulta em aumento da precarização do trabalho desses profissionais.

A falta de recursos humanos e materiais, que levam ao acúmulo de trabalho, foi outro fator citado por Coragem. Esta situação decorre, de acordo com Mandu e Azevedo (2024), dos impactos dos ajustes fiscais realizados no país, que reduziram o financiamento da assistência social. A consequência direta dessa redução se reflete no aumento da população vulnerável e da demanda pelo Serviço Social, resultando em acúmulo do trabalho.

Dentre os ajustes neoliberais propostos a partir de 2016, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que passou a ser conhecida como PEC da maldade, ao instituir o Novo Regime Fiscal da União, foram congelados os gastos públicos com políticas sociais até o ano de 2036. De acordo com Mandu e Azevedo (2024, p. 7):

A PEC da maldade trouxe retrocessos inimagináveis para o Sistema Único de Assistência Social (Suas), retrocedendo direitos, o avanço e o alcance dos serviços socioassistenciais para a população, culminando em mecanismos de total (des)proteção.

Nessa conjuntura, o assistente social pode se deparar com assistidos insatisfeitos e agressivos, situação ocasionada, muitas vezes, pelo desespero em não ter suas necessidades atendidas. Já esgotado pela alta carga de serviço, pelos baixos salários, trabalho precarizado e jornadas duplas ou triplas, o profissional pode ter sua saúde mental comprometida. Constata-se, portanto, que os fatores são inter-relacionados, comprometendo de forma direta não somente a atuação profissional como a qualidade de vida dos assistentes sociais.

Perguntadas se possuem autonomia profissional ou se deparam com limites institucionais na sua prática e solicitadas a descrevê-los, as respostas podem ser lidas a seguir.

Esperança: Sim. Reuniões, rodas de conversa, visitas, atendimentos.

Perseverança: Sim. Infraestrutura e financeira.

Empatia: Sim, formação em grupo, visitas domiciliares, acompanhamento familiar.

Coragem: Temos relativa autonomia, pois nos posicionamos de maneira firme em relação ao nosso saber e nossa competência profissional, mas enfrentamos vários problemas e, dentre estes, o mais desgastante é ter que travar batalhas institucionais contínuas para defender o que é

específico da nossa profissão. Temos que justificar e buscar legitimar nossa competência diariamente, o que é muito exaustivo.

De acordo com as respostas, é possível constatar que a autonomia é relativa, pois existem ações, como visitas domiciliares, acompanhamento das famílias, dentre outras, que acabam por não serem realizadas devido à falta de recursos. Mandu e Azevedo (2024, p. 12) descrevem a precariedade do trabalho dos assistentes sociais, afirmando que:

Os rebatimentos também se fazem presentes na falta dos meios de trabalho para a concretização do exercício profissional: falta de transporte para visitas; falta de espaços adequados e sigilosos para atendimento individualizado e coletivo; falta de telefone para contato com a rede e usuários; internet instável que impossibilita o trabalho; falta de equipamentos e materiais para atuar com as famílias e a implementação de alternativas e ações coletivas; falta de capacitação para os profissionais.

Outra questão importante é oferecida por Lima Sobrinho (2024), ao afirmar que a lógica capitalista acaba por se inserir no trabalho do assistente social, com a mercantilização dos serviços, com padronização das ações e protocolos, reduzindo a autonomia profissional e transformando os processos em meras mercadorias. Tal processo reaviva uma prática conservadora, sem relação com o projeto ético-político profissional, seja por meio de ações de tutela, coerção ou convencimento, levando em conta que, devido à vinculação contratual, esses profissionais podem perder seus empregos.

5.5 DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em seguida, foi perguntado sobre os principais desafios para a concretização das políticas públicas em sua área de atuação, estando as respostas apresentadas abaixo.

Esperança: Adesão do usuário e comprometimento do mesmo.

Perseverança: Financiamento e efetivar políticas que sejam capazes de eliminar as práticas assistencialistas.

Empatia: Construir propostas de trabalho capazes de contabilizar a realidade das demandas emergenciais no cotidiano de trabalho.

Coragem: Se referem aos interesses antagônicos entre o profissional, que trabalha com a legislação para tentar dar conta da questão social de forma

profissional, e a gestão, que busca atender às demandas políticas que deem conta de manter a população “satisfeita” com o atendimento, independente de se trabalhar as faces da questão social, atendendo ao imediato, de modo superficial.

Novamente, foi possível observar, na resposta de Esperança, que esta culpabiliza o usuário pelos desafios que enfrenta em seu cotidiano de trabalho. Nesse sentido, Pereira e Guareschi (2014, p. 20) afirmam que:

Desvela-se por trás disso uma concepção individualizante que atribui ao sujeito a culpa por seus insucessos, mesmo que, neste caso, isso signifique simplesmente a resistência em aceitar um plano feito sem incluir sua participação, restando como saída a necessidade de implicá-lo nessas decisões.

Desse modo, entende-se que, na perspectiva da profissional, o usuário deve se submeter ao que lhe é oferecido, em uma lógica assistencialista, onde não há espaço para escuta ou para fazer parte, ser protagonista, sendo visto como mero receptor das benesses oferecidas (Pereira; Guareschi, 2014). As demais respostas se referem ao financiamento, sobre o qual já se tratou anteriormente, bem como a necessidade de um trabalho que esteja alinhado ao que a assistência social propõe.

De acordo com Borges (2022), o setor público municipal possui uma predominância de vínculos contratuais no mercado de trabalho dos assistentes sociais. Desse modo, torna-se necessário que esses profissionais, especialmente os que atuam no SUAS, tenham segurança no trabalho, possuam remuneração adequada e recebam continuamente formação e qualificação, para que possam atuar de modo que as necessidades dos empregadores não sejam sobrepostas aos direitos dos assistidos.

Um desafio é romper com os burocratismos, com a naturalização das rotinas de trabalho e atitudes passivas acolhedoras de ordens. E “ir onde o povo está”, viver com ele suas paixões passíveis de serem por eles traduzidas em projetos de ação coletiva, recriando estratégias, reinventando formas culturais coletivas de organização política (Iamamoto, 2019, p. 458).

Para Fabiano e Borges Filho (2024), o trabalho no SUAS deve ser direcionado para o atendimento das necessidades sociais da população, comprometido com a consolidação e ampliação dos direitos das classes subalternizadas. Entretanto, mesmo nas instituições públicas, os contratos de

trabalho têm definido os limites e possibilidades para que os assistentes sociais realizem suas atividades profissionais.

No mesmo sentido, lamamoto (2017, p. 218) afirma que os empregadores impõem exigências que “materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidas no âmbito do trabalho coletivo”.

5.6 PROPOSTAS E IMPACTOS NA VIDA DA POPULAÇÃO

Indagadas sobre o que deveria ser feito para vencer esses desafios, as opiniões das entrevistadas estão transcritas abaixo.

Esperança: Divulgação ampla das atividades.

Perseverança: Propor políticas sérias, sem cunho paternalista, políticas para emancipar as famílias.

Empatia: Unificar os sistemas de saúde, assistência, educação, entre outros, para filtrar os dados.

Coragem: Maior respeito e autonomia para os profissionais de Serviço Social e também uma remuneração digna, para que este profissional consiga se dedicar à sua prática de forma mais humanizada.

Segundo as profissionais entrevistadas, para vencer os desafios que enfrentam, é necessário que a profissão seja conhecida e reconhecida e que tenham condições e autonomia para executar as políticas sem interferências externas e alheias aos propósitos das mesmas, bem como condições de trabalho que lhes permitam viver com dignidade.

Promover campanhas que destaquem a importância da atuação dos assistentes sociais no SUAS pode contribuir para a mudança de percepção social sobre a profissão. Divulgar o impacto positivo do trabalho desses profissionais no combate à pobreza, na defesa de direitos e na promoção da cidadania também é uma forma de valorizar o serviço (Muñoz, 2011).

De acordo com Camargo (2021), a valorização dos assistentes sociais no SUAS é um processo que envolve a melhoria das condições de trabalho, o reconhecimento profissional, o apoio à formação contínua e a promoção da autonomia no exercício da profissão. Além disso, exige o fortalecimento da política pública de assistência social e uma mudança de percepção sobre a relevância do

trabalho desses profissionais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A valorização da profissão também envolve salários justos, contratação de equipes suficientes e provisão de insumos, que são fundamentais para a qualidade do atendimento.

Empatia citou a unificação das políticas, sendo necessário afirmar que a intersetorialidade é uma das bases do SUAS e os assistentes sociais precisam atuar de forma integrada com outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação, a fim de permitir uma resposta mais eficaz e completa às demandas da população.

Para Carmo e Guizardi (2017), a intersetorialidade é essencial para potencializar o impacto das políticas sociais, evitar a duplicação de esforços e promover soluções mais abrangentes e duradouras, pois, sem a articulação com outras áreas, o SUAS pode se tornar limitado, focando apenas em respostas imediatas e pontuais, ao invés de contribuir para a superação das condições de vulnerabilidade e risco social.

Entretanto, Borges (2022) adverte que a limitação de recursos financeiros e humanos pode ser um entrave para a cooperação entre diferentes setores e, para que a intersetorialidade funcione, é necessário garantir uma comunicação eficiente entre os diversos órgãos e setores envolvidos.

A emancipação das famílias, citada por Perseverança, pode ser alcançada incentivando e facilitando a participação social dos usuários no processo de construção das políticas e no controle social. Os assistentes sociais podem atuar no fortalecimento dos conselhos de direitos e dos conselhos de assistência social, além de promover a educação popular. Também devem estar envolvidos na defesa do SUAS, em fóruns e conselhos, lutando pela ampliação de direitos e pela manutenção de políticas inclusivas e democráticas que assegurem o atendimento da população mais vulnerável (Pessoa; Dias, 2024).

Por fim, foi perguntado sobre de que forma o trabalho desenvolvido pelas profissionais impacta positivamente a vida da população, estando as respostas transcritas abaixo.

Esperança: Quando o usuário sai capacitado para o mercado de trabalho.

Perseverança: Possibilitando a autonomia dos beneficiários.

Empatia: Garantindo o acesso às políticas sociais, principalmente aos que não têm o mínimo de conhecimento básico.

Coragem: Acreditamos que conseguimos amenizar algumas situações que fazem parte da questão social, contribuindo para o resgate da autonomia desses usuários em relação às suas condições de vida, dando maior reflexão sobre os conflitos que enfrentam no seu cotidiano e contribuindo para condições de vida mais dignas.

Capacitar para o mercado de trabalho, citado por Esperança, é importante, oferecendo cursos de qualificação profissional, estratégia fundamental para promover a autonomia econômica. Programas de inclusão produtiva e capacitação para o trabalho ajudam os usuários a desenvolver habilidades que os capacitam para ingressar no mercado de trabalho ou desenvolver atividades empreendedoras.

A autonomia dos usuários novamente foi citada pelas entrevistadas, concordando com Prado (2021), para quem um dos papéis do assistente social no SUAS é garantir que os usuários sejam sujeitos ativos na construção de suas trajetórias. A promoção da autonomia, seja por meio da inclusão produtiva, seja pela educação social, é uma estratégia central para o sucesso das políticas.

Promover a autonomia dos usuários no SUAS é um dos pilares centrais da política de assistência social no Brasil, que implica em capacitar indivíduos e famílias para que sejam protagonistas de suas vidas, rompendo com ciclos de dependência, vulnerabilidade e exclusão social. O assistente social no SUAS deve buscar, por meio das ações desenvolvidas, promover o empoderamento dos usuários para que eles possam exercer seus direitos e participar ativamente da sociedade.

“O desafio nesse campo é construir espaços coletivos de participação dos usuários que incidam sobre o enfrentamento do diagnóstico reiterativo da ausência dos mesmos nas definições políticas da política” (Yazbek; Raichelis; Couto, 2012, p. 455).

A autonomia está diretamente ligada ao conhecimento sobre os próprios direitos e, conseqüentemente, à busca pelos mesmos. Para tanto, deve ser incentivada a participação dos usuários em conselhos de assistência social, onde podem expressar suas demandas e ajudar a construir políticas públicas, como meio de garantir que tenham voz e protagonismo na criação e fiscalização das políticas que os afetam (Prado, 2021).

A promoção da autonomia também depende de uma articulação eficaz entre as diversas políticas públicas. O acesso a serviços de educação, saúde, habitação e

trabalho, por exemplo, é fundamental para que os usuários possam sair de situações de vulnerabilidade. Assim, a articulação intersetorial no SUAS deve garantir que os usuários tenham acesso a uma rede de proteção que abranja todas as suas necessidades, oferecendo um acompanhamento integral que não apenas atenda às demandas imediatas dos usuários, mas também os apoie na construção de trajetórias de vida, promovendo ações que integrem diferentes políticas e serviços (Carmo; Guizardi, 2017).

Desse modo, atuar como assistente social no SUAS envolve um trabalho integrado e articulado que passa pelo acesso a direitos e fortalecimento de capacidades, para que as pessoas atendidas pelo sistema não sejam vistas apenas como beneficiárias de políticas públicas, mas como protagonistas de suas próprias histórias, com acesso a oportunidades que lhes permitam viver com dignidade, exercer sua cidadania e participar ativamente da sociedade.

Por fim, é importante que os assistentes sociais estejam sempre atentos aos princípios éticos da profissão, que incluem o respeito à dignidade humana, a promoção da justiça social e a garantia de direitos. Manter-se firme nesses valores é um diferencial essencial em contextos desafiadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, ao analisar sócio-historicamente a dinâmica da formação da Política de Assistência Social no contexto brasileiro, constatou uma trajetória marcada pela evolução das concepções de direitos sociais e pela transformação das respostas do Estado às demandas da população mais vulnerável. No contexto brasileiro, a assistência social passou por diversas fases, refletindo as mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país.

A dinâmica de formação da Política de Assistência Social no Brasil reflete um processo de transformação de uma ação fragmentada e filantrópica para uma política pública de direitos sociais, ancorada na perspectiva de garantir proteção e assistência a todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade. Essa evolução está diretamente relacionada aos contextos sociais, políticos e econômicos do país, que influenciaram o desenho e a implementação das políticas de assistência ao longo do tempo.

Ao refletir sobre o lugar ocupado pelo profissional do Serviço Social no SUAS, analisando suas atribuições profissionais na garantia de direitos, é possível afirmar que este profissional deve ter protagonismo na defesa e promoção dos direitos sociais, atuando diretamente na garantia da proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade. Suas atribuições, que vão desde o atendimento direto ao trabalho coletivo, refletem o compromisso ético-político com a justiça social e a defesa dos direitos humanos. Contudo, para que este trabalho seja plenamente realizado, é necessário enfrentar as dificuldades estruturais que limitam sua ação, reforçando a importância da valorização do Serviço Social e do fortalecimento das políticas públicas de assistência social no país.

Ao se analisar como o ideário neoliberal influencia o posicionamento do Estado no processo de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil e os impactos sobre o exercício profissional do assistente social nesta política, constatou-se que esse modelo econômico, que prioriza a redução do papel do Estado na economia e promove a desregulamentação e a privatização dos serviços públicos, tem implicações diretas na forma como a assistência social é estruturada e renovada, devido às limitações dos investimentos em políticas sociais, adotando uma postura de austeridade, que se traduz em cortes orçamentários e na precarização dos serviços de assistência.

Os impactos dessa lógica neoliberal sobre o exercício profissional do assistente social são profundos. A profissão enfrenta um dilema entre a promoção dos direitos sociais e a necessidade de se adaptar a um contexto em que a eficiência e a redução de custos são prioritárias. Os assistentes sociais, muitas vezes sobrecarregados e com recursos limitados, são desafiados a atender uma demanda crescente de usuários com problemas complexos e interligados, como pobreza, violência e desigualdade social, em condições adversas. Isso gera um ambiente de trabalho precarizado, onde a qualidade do atendimento é comprometida

A análise das respostas obtidas junto às assistentes sociais de Bom Jesus do Norte-ES demonstrou que os desafios enfrentados em sua prática profissional são um reflexo da complexidade do contexto socioeconômico brasileiro. Um dos principais obstáculos é o desfinanciamento específico e a consequente precarização dos serviços. Com a redução dos investimentos públicos na área, muitos programas e serviços sociais têm seus recursos limitados, o que compromete a qualidade e o alcance das ações. Essa realidade afeta diretamente a infraestrutura dos equipamentos públicos, a contratação de profissionais e a continuidade dos serviços prestados à população.

Outro desafio significativo é a sobrecarga de trabalho. A demanda por atendimento social é crescente, especialmente em períodos de crise econômica e social, mas o número de profissionais não acompanha esse aumento. Isso resulta em uma carga excessiva de trabalho para os assistentes sociais, que precisam lidar com grandes volumes de atendimentos, muitas vezes de forma superficial, o que prejudica a profundidade do atendimento e o acompanhamento das famílias. Essa sobrecarga também gera desgaste físico e emocional, com impactos na saúde mental dos profissionais.

Além disso, a burocratização do trabalho no SUAS é um problema constante. A exigência de preenchimento de cadastros, relatórios e uso de sistemas informatizados consome muito tempo, o que limita o atendimento direto aos usuários e dificulta o desenvolvimento de intervenções mais qualitativas. A atuação dos assistentes sociais no SUAS também é marcada pelo não reconhecimento e a importância do trabalho, seja por parte dos gestores, seja pela população, que se ressentem ao não ter suas necessidades atendidas.

Diante das respostas obtidas, constata-se que é necessária uma formação e capacitação contínua. O campo de atuação no SUAS é dinâmico e exige que o

assistente social esteja constantemente atualizado sobre novas legislações, práticas e metodologias de trabalho. No entanto, muitas vezes, faltam oportunidades para que busquem essa atualização, devido à precarização dos vínculos de trabalho, que tornam incertos os recursos necessários para avançar em sua qualificação.

Em conclusão, os desafios enfrentados pelos assistentes sociais no SUAS são amplos e refletem as propostas apresentadas nas políticas públicas brasileiras. A superação desses desafios passa por um fortalecimento da assistência social enquanto política de Estado, a valorização dos profissionais que atuam na área e o compromisso com a promoção dos direitos humanos e sociais. É necessário que os assistentes sociais mantenham uma postura crítica, ética e comprometida com a justiça social para que possam, dentro das limitações existentes, continuar lutando pela garantia de direitos e pela promoção da equidade social no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just in time. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AGUIAR, S. **O estágio supervisionado em Serviço Social no centro de alta complexidade em oncologia (CACON) da Associação Hospital de Caridade de Ijuí**: relato de experiências. 2012. 92f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- ANDRADE, D. Populismo de cima e de baixo: o caminho para o retrocesso no Brasil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 28, n. 1, p. 1470-1496, 2020.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, C.C. **Clientelismo na Política de Assistência Social: determinantes históricos e tensão entre rupturas e continuidades**. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luiz. **Anais...** São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. **A especificidade do Welfare State brasileiro**. In: Economia e Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social; Comissão Econômica para a América Latina, 1989.
- BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BARROCO, M. L. S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, n. 143, p. 12-21, 2022.
- BATINNI, O. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras, 2007.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BEZERRA, S. O.; ARAÚJO, M. A. D. As (re)configurações das demandas ao Serviço Social no âmbito dos serviços públicos de saúde. **RAP**, v. 41, n. 2, p. 187-209, 2007.
- BORDIEU, P.; WACQUANT, L. **Um convite a sociologia reflexiva**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

BORGES, A. T. **Política de assistência social no contexto de crise do capital: demandas e desafios contemporâneos**. Florianópolis: SENASS; Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da Covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66-83, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: Diário Oficial da União, 8 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária**. Brasília, MDS, 2011.

BRASIL. **Norma Operacional Básica - NOB-RH/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004. Diário Oficial da União, Edição 58, Seção 1, p. 72, 28 outubro de 2024.

BRASIL. **Resolução MDS nº 995, de 18 de junho de 2024**. Regulamenta as ações do Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social. Diário Oficial da União, Edição 116, Seção 1, p. 30, 19 junho de 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mds-n-995-de-18-de-junho-de-2024-566631573>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005**. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. Diário Oficial da União, Edição 103, Seção 1, p. 23, 15 julho de 2005. Disponível em: https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_874c022e71264786ac86454d91c7c923.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRAVO, M. I. S. Os Conselhos e a Participação dos Assistentes Sociais. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - RJ. **O Serviço Social e os conselhos de direitos e políticas**. Rio de Janeiro: CRSS-RJ, 2008.

CAMARGO, M. A. B. C. A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 488-507, 2021.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1265-1286, 2017.

CARRARO, G.; SILVA, J. P.; COSTA, S. R.. Produção de conhecimento: interface entre Serviço Social e Saúde. In: CARVALHO, D. B. B. et al. **Pesquisa em Serviço Social e temas contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020.

CARVALHO, M. C. B. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formação da política social contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 4, p.16-21, 1997.

CARVALHO, R. Modernos agentes de justiça e da caridade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 2, p. 43-71, 1980.

CHESNAIS, F. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, C.; SCHERER, A. F. (Orgs.). **O Brasil frente a ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas**. Lajeado: Univates, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Atualização. Brasília: CFESS, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para atuação de assistente social na saúde**. Brasília: CFESS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

COUTO, B. R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DRAIBE, S.; RIESCO, M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

DUARTE, J. et al. Fundo patrimonial e precarização da universidade pública: a agenda do capital para a educação superior brasileira. In: PEREIRA, L. D.; BARBOZA, D. R. (Orgs.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

EIRAS, A. A. L. T. S. A dimensão ético-política no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M.; CRESS (Orgs.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

EIRÓ, F. **A política da pobreza: a regionalização de direitos sociais e políticos no nordeste do Brasil**. Lisboa: Etnográfica Press, 2023.

ERBER, F. As Convenções de Desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, p. 31-55, 2011.

FABIANO, U. C.; BORGES FILHO, M. Q. Proteção social no Brasil: desafios do neoliberalismo e perspectivas de equidade. **Serviço Social & Sociedade**, 147, n. 1, p. 1-26, 2024.

FALCÃO, M. C.; NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FORTUNA, S. L. A.; GUEDES, O. S. The production of knowledge and the ethical-political project of Social Work. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 1, p. 34-42, 2020.

FRENCH, J.D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GUERRA, Y. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistente social. In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M.; CRESS (Orgs.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetória e desafios. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, v. 136, p. 439-461, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Resultados preliminares. Brasília: IBGE, 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo**. Vitória: ISJN, 2019.

LIMA SOBRINHO, J. I. Ultraconservadorismo e a “captura” da subjetividade profissional das assistentes sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 1, p. 1-29, 2024.

MACIEL, A. L. S. A Formação em Serviço Social no Brasil: problematizando os desafios do tempo presente, In: GUIMARÃES, G. T. D.; MACIEL, A. L. S.; GERSHENSON, B. (Orgs.). **Neoliberalismo e Desigualdade Social**: reflexões a partir do Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

MANDU, J. A. M.; AZEVEDO, N. L. Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 2, p. 1-18, 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINELLI, M. L. Uma abordagem socioeducacional. In: MARTINELLI, M. L.; ON, M. L. R.; MUCHAIL, S. T. (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES ON, M. L.; MUCHAIL, S. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MATTOS, G. R.; CUNHA, V. S. A dimensão técnico-operativa no trabalho do(a) assistente social no contexto do internamento de um centro hospitalar de reabilitação. **Archives of Health**, v. 1, n. 2, p. 54-67, 2020.

MEDEIROS, M. S. S. O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, v. 29, n. Esp., p. 311-338, 2019.

MENEZES, H.; VIEIRA, M. Explicando o Brasil como um estado em ascensão, 2003-2014: o papel da difusão de políticas como um instrumento regulatório internacional. **J Int Relat Dev**, v. 25, n. 1, p. 107-128, 2022.

MENEZES, V. B. **Formação e atuação profissional**: uma relação indissociável. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, v. 16, n. Esp., p. 61-71, 2013.

MIOTO, R. C.; LIMA, T. C. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, v. 8, n. 1, p. 22- 48, 2009.

MIRANDA, A. P. R.; CAVALCANTI, P. B. O Serviço Social e sua ética profissional. **Revista Ágora**, v. 1, n. 2, p. 1-23, 2005.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SICOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, v. 26, n. 87, 2006.

MUÑOZ, J. (Des)territorização, População de Rua e o Trabalho do Assistente Social. In: CFESS. **O trabalho do/a assistente social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

OLIVA, M. H. B. **Política de estado e prática social**. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, v. 128, p. 143-163, 2017.

OLIVEIRA, E. P.; PIRES, V. R.; BATISTA, E. A. Os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social utilizados no atendimento à população em situação de rua: um estudo da atuação do Serviço Social no Atendimento Social Avançado – Asa – Curitiba. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 438-449, 2018.

OLIVEIRA, P. A.; KAHHALE, E. M. S. P. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Rev. psicol. polít**, v. 20, n. 47, p. 119-131, 2020.

PACHECO, M. L.; MALGARIM, B. G. Centro de Referência Especializado de Assistência Social: apanhados teóricos sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 3, n. 2, p. 545- 53, 2011.

PAIVA, B. A. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da segurança social em debate. **Serviço Social & Sociedade**, v. 27, n. 87, p. 5-24, 2006.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A. et al. (Orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, V. T.; GUARESCH, P. A. Representações sociais da psicologia sobre os usuários do CRAS: culpabilização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. **Diálogo**, n. 26, p. 9-24, 2014.

PESSOA, E. M.; DIAS, A. C. A intervenção do/a profissional do Serviço Social nos conselhos de direitos. Missões: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, n. 1, p. 162-181, 2024.

PINHO, S. M.; RODRIGUES, C. D. O contexto local e as práticas do assistente social: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Serviço Social**, v. 2, n. 1, p. 27-42, 2015.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua aproximação pelo Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PRADO, M. R. **Autonomia dos sujeitos na política de assistência social: Contradições e desafios para o trabalho profissional da/o assistente social**. 2021. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de São Paulo - Santos, 2021.

RAICHELIS, R. E.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 134-152, 2021.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 420-437, 2011.

RAICHELIS, R.. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 750-772, 2010.

RAICHELIS, R.; PAZ, R. D. O.; WANDERLEY, M. B. A erosão dos direitos humanos e sociais no capitalismo ultraneoliberal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 143, p. 5-11, 2022.

RIBEIRO-SILVA, R. D. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(9), 3421-3430, 2020.

SANT'ANA, R. S. O desafio da implementação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço social & Sociedade**, v. 21, n. 62, p. 73-92, 2000.

SANT'ANA, R. S.; SILVA, M. L. O. A realidade brasileira em tempos de barbárie do capital e os desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 3, p. 1-16, 2024.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2013.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, V. M. Transformações societárias: repercussões no Serviço Social. **Revista katálysis**, v. 23, n. 1, p. 53-62, 2020.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: política social na ordem brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista katálysis**, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, P. L. B. **Limites e obstáculos à reforma de estado no Brasil: a experiência da Previdência social na Nova República**. Campinas: Unicamp, 2001.

SILVA, S. S. Fundamentos éticos e projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano. **Serviço Social & Sociedade**, n. 138, p. 283-301, 2020.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. **A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS**. 2016. 358 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SIMIONATO, I. **As expressões ideo-culturais da crise capitalista da atualidade**. Brasília: CEAD, 1999.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, E. A.; ANUNCIÇÃO, L. Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0*. **Serviço Social & Sociedade**, n. 138, p. 215-241, 2020.

SOUZA, L. P. Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Paraná: limites e possibilidades. **Cad. IPARDES**, v. 1, n. 1, p. 66-81, 2011.

SPOSATI, A. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

TAPAJÓS, L. A gestão da informação em assistência social. In: TAPAJÓS, L.; RODRIGUES, R. W. S. (Orgs.). **Rede SUAS: Gestão e sistema de informação para o SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

TORRES, M. M. O exercício profissional do assistente social em questão: as publicações da área de Serviço Social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.). **Temas, Textos e Contextos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R.; COUTO, B. R. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a política social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. Esp., p. 453-460, 2012.

YAZBEK, M. C.; DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, v. 134, p. 7-12, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS

I – Identificação

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Tempo de Formação Profissional em Serviço Social: _____
4. Possui alguma pós-graduação na área: especialização, mestrado doutorado?
() Sim Qual: _____
() Não
5. Área de atuação: _____
6. Carga horária semanal: _____
7. Forma de contratação: _____

II – Prática profissional

8. Você trabalha com quais as políticas públicas em sua área de atuação?
9. Descreva suas principais intervenções no cotidiano do seu trabalho para viabilizar o atendimento à comunidade?
10. Quais as principais demandas da sua profissão?
11. Quais os principais fatores que interferem na sua atuação como assistente social?
12. Você tem autonomia profissional ou se depara com limites institucionais (infraestrutura, financeiras, interferências externas, etc.) na sua prática? Se sim, quais?
13. Quais os principais desafios para a concretização das políticas públicas em sua área de atuação?
14. Em sua concepção, o que deveria ser feito para vencer esses desafios?
15. De que forma o seu trabalho impacta positivamente a vida da população?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O SUAS: UM OLHAR SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sob a responsabilidade de ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO.

JUSTIFICATIVA: Como assistente social atuante em entidades públicas, muitas vezes me deparo com situações que são consideradas desafios para a prática profissional, como a falta de entendimento dos gestores sobre os instrumentos do Serviço Social, falta de condições de trabalho que permitam atuar em conformidade com os preceitos da profissão, além de desrespeito à carga horária de trabalho. Tal conjuntura muitas vezes impede o profissional de garantir os direitos da população, o que me motivou a pesquisar esta situação, a fim de compreender se esses mesmos desafios são comuns na prática dos assistentes sociais.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA: Descrever os principais desafios percebidos pelos assistentes sociais de um município da Região Sul do Espírito Santo para a efetivação das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

PROCEDIMENTOS: Comporão a amostra da pesquisa os seis assistentes sociais que atuam no SUAS, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos do município de Bom Jesus do Norte-ES. Serão incluídos todos os profissionais que estejam atuando no SUAS há pelo menos seis meses e que aceitem assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a coleta de dados será realizada uma entrevista com os profissionais, onde se buscará verificar os principais desafios relacionados à efetivação das políticas públicas relacionadas ao SUAS.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: As entrevistas serão realizadas ao longo do mês de junho de 2024, em local conveniente para os entrevistados, devendo ser agendadas antecipadamente pela pesquisadora.

RISCOS E DESCONFORTOS: Segundo a Resolução nº 510/2016, toda pesquisa que utiliza seres humanos em sua realização envolve risco em tipos e gradações variados. Nesta pesquisa, o risco está associado à possibilidade de quebra de confidencialidade dos dados. Isso será minimizado mediante o compromisso formal do pesquisador de não divulgar as informações obtidas a não ser na apresentação dos resultados, preservando o sigilo e os nomes dos entrevistados.

BENEFÍCIOS: Espera-se que este estudo contribua para a identificação dos desafios que os assistentes sociais enfrentam em sua prática profissional, proporcionando uma reflexão sobre a sua atuação na defesa dos direitos garantidos em lei da população. Também se espera que a pesquisa possa ajudar a orientar estudos futuros sobre a temática. Os resultados desta pesquisa serão apresentados em eventos científicos regionais e nacionais e posteriormente será publicado em periódico científico.

Rubrica do participante/responsável

Rubrica do pesquisador responsável

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: O(a) senhor(a) receberá todas as informações necessárias sobre a participação da pesquisa por parte do(s) pesquisador(es) responsáveis.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO: Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado(a) pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE: Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO: O(a) Sr(a) não terá custos ou compensação financeira com a participação na pesquisa. Na ocorrência de algum dano, comprovadamente decorrente da participação na pesquisa, previstos ou não neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), será garantida a indenização, conforme determinação da legislação vigente.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO: Fica garantido ao participante o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o(a) pesquisador(a) Adriana Kelly da Silva Cardoso nos telefones (22) 99920-9280, ou no endereço Rua Walter Charpinel Junger, nº 46, Bairro Silvana Bom Jesus do Norte - ES. Você também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Ciências da Saúde- EMESCAM (CEP/EMESCAM) através do telefone (27) 3334-3586, e-mail comite.etica@emescam.br ou correio: Av. N. S. da Penha, 2190, Santa Luiza – Vitória – ES – 29045-402. O CEP/ EMESCAM tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a quinta-feira das 13:30h às 17h e sexta-feira, das 13:30h às 16h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada e rubricada em todas as páginas, por mim e pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante.

Bom Jesus do Norte, ____ de _____ de 2024

Participante da pesquisa/Responsável legal

Rubrica do participante/responsável

Rubrica do pesquisador responsável

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O SUAS: UM OLHAR SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, eu, ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisador

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Exma. Sra. Polyana da Silva Coelho
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos de
Bom Jesus do Norte - ES

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada "**A prática profissional do assistente social e o SUAS: um olhar sobre os principais desafios em um município do sul do estado do Espírito Santo**", do projeto de pesquisa a ser realizado na **Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM - Programa de Pós-graduação em Polícias Públicas e Desenvolvimento Local**, por **Adriana Kelly da Silva Cardoso**, sob orientação do **Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz** com o objetivo de realizar entrevistas com os assistentes sociais que atuam nesta secretaria. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo, de acordo com as Resoluções nº 466/12 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a sua colaboração e empenho, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Vitória, 29 de Janeiro de 2024.

concordamos com a solicitação

não concordamos com a solicitação



Polyana da Silva Coelho
Secretária Mun. de Desenvolvimento
Social, Habitação e Direitos Humanos
SEMDES PMBIN/ES

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O SUAS: UM OLHAR SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pesquisador: ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77473024.3.0000.5065

Instituição Proponente: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.727.239

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa intitulado *“A prática profissional do assistente social e o SUAS: um olhar sobre os principais desafios em um município do sul do estado do Espírito Santo”*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local *“EMESCAM”*.

Os participantes da pesquisa serão 05 (cinco) assistentes sociais, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Direitos Humanos do município de Bom Jesus do Norte-ES e que estejam atuando há pelo menos seis meses no SUAS.

O estudo será exploratório e descritivo, de natureza qualitativa. A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada com os profissionais para verificar os principais desafios relacionados à efetivação das políticas públicas relacionadas ao SUAS.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

**ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM**



Continuação do Parecer: 6.727.239

Descrever os principais desafios percebidos pelos assistentes sociais de um município da Região Sul do Espírito Santo para a efetivação das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o processo sócio-histórico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Descrever as competências e atribuições do assistente social na garantia das políticas públicas de assistência;
- Identificar os principais desafios do profissional de assistência social e sua correlação com o SUAS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

A pesquisadora reconhece que há risco em tipos e gradações variados. Nesta pesquisa, o risco está associado à possibilidade de quebra de confidencialidade dos dados. Adotará como cautelas a preservação do sigilo e nomes dos entrevistados na divulgação dos resultados.

BENEFÍCIOS:

Os benefícios da pesquisa estão ligados a reflexão sobre o exercício profissional nas políticas públicas, produção do conhecimento sobre o trabalho profissional, além de orientar estudos futuros sobre a temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante, viável e de cunho científico. Realizadas adequações sugeridas no Parecer consubstanciado do CEP nº 6.673.270.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos de apresentação obrigatória e de forma satisfatória. Além da apresentação do roteiro de entrevista.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sugere-se aprovação. Submeto ao colegiado para apreciação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

**ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM**



Continuação do Parecer: 6.727.239

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|--------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2285453.pdf | 12/03/2024 17:54:36 | | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 12/03/2024 17:44:26 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | brochura.pdf | 12/03/2024 17:35:15 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2285453.pdf | 11/03/2024 14:38:39 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | brochura.pdf | 11/03/2024 14:35:33 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | brochura.pdf | 11/03/2024 14:35:33 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Postado |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | esclarecido.pdf | 11/03/2024 14:29:33 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | esclarecido.pdf | 11/03/2024 14:29:33 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Postado |
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2285453.pdf | 08/03/2024 17:12:08 | | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | consentimento.pdf | 08/03/2024 17:09:22 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | consentimento.pdf | 08/03/2024 17:09:22 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Recusado |
| Outros | questionario.pdf | 08/03/2024 16:55:05 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 08/03/2024 16:49:14 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | cep.pdf | 08/03/2024 16:47:36 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| Folha de Rosto | rosto.pdf | 10/02/2024 13:10:57 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRosto_29_29_assinado.pdf | 09/02/2024 14:09:31 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM



Continuação do Parecer: 6.727.239

| | | | | |
|--------|--------------|------------------------|-----------------------------------|--------|
| Outros | anuencia.pdf | 08/02/2024 20:41:00 | ADRIANA KELLY DA SILVA CARDOSO | Aceito |
|--------|--------------|------------------------|-----------------------------------|--------|

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 26 de Março de 2024

Assinado por:
rubens josé loureiro
(Coordenador(a))

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br